

DISPONIBILIDADE PARA CONVERGIR NO ORÇAMENTO

Em vésperas do debate na especialidade do Orçamento de Estado, o PS desafia Durão Barroso a responder com "seriedade" e "espírito de abertura" às propostas concretas que os socialistas apresentaram na Assembleia da República "e que não aumentam o défice público".

O porta-voz do PS, em conferência de Imprensa após reunião do Secretariado Nacional, não excluiu a possibilidade de o partido viabilizar o OE na especialidade e procurar um trabalho conjunto com o Governo e parceiros sociais em torno das "questões estruturais" de Portugal.

► Página 4



FERRO APRESENTA MOÇÃO

DIFERENÇAS À VISTA NA FORMA DE GOVERNAR

► Página 5

PRESIDÊNCIA ABERTA NO DISTRITO DA GUARDA

► Página 6

CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS DO DISCURSO DA "TANGA"

► Páginas centrais

SOCIALISTAS EUROPEUS DEFENDEM CONSTITUIÇÃO PARA A UNIÃO

► Página 15

A SEMANA REVISTA

Jorge Coelho presidiu ao encerramento da Convenção Concelhia do PS/ Almada em representação de Ferro Rodrigues.

Decorreram durante o fim-de-semana, em todas as secções do Partido Socialista, as eleições dos delegados nacionais ao próximo Congresso.

Teve lugar no sábado o encontro de autarcas do PS do distrito de Beja e foi inaugurada a nova sede do PS/Mogadouro. Ainda neste dia a JS fez a entrega do "Pinóquio", na residência oficial do primeiro-ministro, numa alegoria às promessas não cumpridas pelo Governo.

Ferro Rodrigues esteve nas Federações do Porto e Faro para apresentar a sua moção de estratégia global para o próximo Congresso Nacional.

Realizou-se na terça-feira a reunião do Secretariado Nacional do Partido Socialista. No final dos trabalhos, Paulo Pedroso manifestou a disponibilidade do PS em aprovar na especialidade do Orçamento de Estado, desde que fossem contempladas as medidas sugeridas por Ferro Rodrigues.

Jorge Sampaio iniciou no domingo uma Presidência Aberta no distrito da Guarda com a finalidade de mostrar ao País as dificuldades e os sucessos desta região do interior.

Helena Roseta e Eduardo Prado Coelho foram os oradores de um debate promovido pela Concelhia do PS/Lisboa subordinado ao tema " Que políticas para a cidade?"

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

BRUXEDOS

ANTOONIO COLAÇO

-PÁRA, ZÉ MANEL!!! NÃO ME FAÇAS MAIS BRUXEDOS !!!

-EU, PAULINHO?! TU É QUE ME EMBRUXASTE O GOVERNO E AGORA NEM ME DEIXAS DIVERTIR UM BOCADINHO?



EDITORIAL

OBSESSÃO DOENTIA

Muito contente com a prestação do seu Governo, o primeiro-ministro apresentou dois livrinhos com as realizações destes seis meses, uma espécie de antologia das suas pretensas reformas. E quais foram elas? Então, temos a Lei de Bases da Segurança Social, a Lei da Mobilidade da Função Pública, a Lei Laboral, a empresarialização dos hospitais, o novo estatuto do estudante e a descentralização, para só nos referirmos às mais emblemáticas.

O deslumbramento de Durão Barroso é proporcional à insatisfação com que estas medidas foram recebidas pela sociedade e principalmente por aqueles que são os seus destinatários directos. Ancorado na maioria parlamentar, governa contra as pessoas na ilusão de que está a levar o País para os amanhãs que cantam. Os sinais de movimentações profundas na sociedade civil, passando pelos trabalhadores da função pública, pelos professores, pelos médicos, pelos estudantes, não transpõem os blindados portões de São Bento. É como se não existissem à força de não os querer ver. É a cegueira de quem tudo reduz à dogmática do défice, numa obsessão doentia que muito mal está a fazer ao País económico, social e cultural.

Porém, a substância da conferência da Imprensa do primeiro-ministro teve menos a ver com as políticas, pois a esse respeito não houve praticamente novidades, e mais com o patético contra-ataque à oposição que devia ser "remodelada", já que não aprovou o Orçamento de Estado para 2003 e insiste na demissão dos ministros Paulo Portas e Celeste Cardona. É a fuga para a frente de quem já não tem outros argumentos para segurar o ministério de Estado e da Defesa e cuja manutenção no Governo só se justifica porque Durão Barroso está refém de Paulo Portas. De facto, se se pudesse remodelar a oposição deixar-se-iam de ouvir vozes dizendo que o rei vai nu, que as políticas são más e que a alguns governantes falta ética e sentido de Estado. Como seria fácil se não existissem os chatos da oposição sempre prontos para estragar a festa. Mas, há sempre a solução Ferreira Leite. Por que não prender a oposição à semelhança do que recomendou para os funcionários dos CTT. Postos nos calabouços,

Como seria fácil se não existissem os chatos da oposição sempre prontos para estragar a festa. Mas, há sempre a solução Ferreira Leite. Por que não prender a oposição à semelhança do que recomendou para os funcionários dos CTT. Postos nos calabouços, por muito que gritassem, ninguém os ouviria.

por muito que gritassem, ninguém os ouviria. Como nos tempos do anterior regime.

Juntava-se-lhes também o deputado do PSD de Bragança que vai votar conta o Orçamento de Estado na especialidade e todos os que na coligação ousassem pensar que as promessas eleitorais são para valer, para cumprir, como a deputada Manuela Aguiar que declarou ter de ir pedir desculpas aos eleitores da emigração porque o Governo não vai satisfazer os compromissos que assumiu em nome do seu partido.



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva

COMISSÃO DE INQUÉRITO ÀS DEMISSÕES NA PJ

PS ACUSA COLIGAÇÃO PSD/PP DE FRAUDE À CONSTITUIÇÃO

O PS acusa os partidos da coligação PSD/PP na Assembleia da República de estarem a cometer uma fraude à lei e à Constituição ao impedirem uma discussão e divulgação adequada dos trabalhos da Comissão de Inquérito sobre a actuação do Governo nas demissões da Polícia Judiciária.

Esta acusação motivada por um comportamento anti-democrático dos partidos da coligação foi levada pelo deputado Alberto Martins ao presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, com quem manteve uma reunião em que, implicitamente, admitiu a possibilidade dos deputados socialistas abandonarem a Comissão de Inquérito, se as condições em que decorrem os trabalhos não se alterarem.

"A seu tempo o PS considerará as atitudes mais adequadas", disse o deputado, acrescentando que, para já, está confiante nos resultados de uma intervenção de Mota Amaral e numa mudança de atitude por parte dos partidos da maioria.

Alberto Martins apresentou a Mota Amaral a "profunda reserva" do PS face ao modo como está a decorrer o trabalho na comissão de



inquérito, que os próprios socialistas propuseram através de uma agendamento potestativo. "É inaceitável que o objecto e os fundamentos da Comissão de Inquérito - centrados na responsabilidade do Governo nas substituições operadas na PJ e na capacidade desta instituição

para o combate ao crime - estejam a ser adulterados pelas imposições da maioria", criticou.

O PS insurgiu-se contra a decisão do PSD e do CDS-PP de não permitirem qualquer reunião com a presença da comunicação social, facto que o

deputado socialista considera pôr em causa "o princípio da publicidade dos trabalhos em sede de Comissão de Inquérito", lembrando que o próprio PS apresentou uma proposta que permitia que determinadas audições se pudessem realizar à porta fechada.

Alberto Martins considerou ainda "inaceitável" que a maioria PSD e CDS-PP, que já assume a presidência da comissão através do deputado social-democrata Marques Guedes, "tenha também o relator".

Considera ainda inaceitável que o PSD e CDS-PP não tenham respeitado o pedido do PS - que propôs a comissão de inquérito - em relação à lista de personalidades que deverão depor até ao final dos trabalhos. "Com as limitações impostas pela maioria, ao nível das audições, o objecto da Comissão de Inquérito não pode ser cumprido, o que constitui um desrespeito da lei e uma fraude ao espírito da Constituição", afirmou.

Alberto Martins acusa os partidos da coligação de estarem a pôr "em causa o regular funcionamento de uma instituição no âmbito da Assembleia da República" e de, com isso, estarem a desprestigiar o Parlamento.

SECRETARIADO NACIONAL

DISPONIBILIDADE PARA CONVERGIR NO ORÇAMENTO

Em vésperas do debate na especialidade do Orçamento de Estado (OE), o PS desafia Durão Barroso a responder com "seriedade" e "espírito de abertura" às propostas concretas que os socialistas apresentaram na Assembleia da República "e que não aumentam o défice público".

O porta-voz do PS não excluiu a possibilidade de o partido viabilizar o OE na especialidade e procurar um trabalho conjunto com o Governo e parceiros sociais em torno das "questões estruturais" de Portugal.

Esta postura de "convergência nacional de que o País precisa" foi anunciada por Paulo Pedroso, na passada terça-feira, em conferência de Imprensa, após uma reunião do Secretariado Nacional. Segundo o dirigente socialista, o Governo ainda pode "evitar que o próximo ano seja marcado pelo confronto social e político".

Manifestando a preocupação do PS face às perspectivas económicas e sociais do futuro de Portugal, Pedroso alertou para o facto de o OE para 2003 revelar um Executivo que não compreende as necessidades do País e acrescentou que "os sinais que o Governo tem dado agravam os factores de pessimismo".

Mas, "a disponibilidade para o PS trabalhar em conjunto é total", frisou o dirigente socialista,



que ainda destacou a abertura do partido para um entendimento "em torno dos problemas mais sérios e estruturais do País, envolvendo parceiros sociais, Governo e partidos".

"O PS, sendo Governo ou oposição, nunca inviabilizou a resolução de problemas essenciais ao País. Nunca fizemos aos portugueses promessas irrealizáveis e sempre tivemos abertura institucional para assumirmos uma oposição responsável e programática", acrescentou.

Paulo Pedroso não se esqueceu, contudo, de referir os maus passos da maioria de direita, responsabilizando-a directamente pela "subida do desemprego em dez por cento (variação homóloga do mês passado)" e pela existência de "350 mil desempregados" já registados.

O porta-voz do PS acusou ainda o Executivo de "agravar as tensões sociais deliberadamente", de "fomentar a insegurança das classes médias e dos trabalhadores por conta de outrem" e de "eleger os funcionários públicos como bode expiatório da sua incapacidade".

Pedroso recusou a ideia de que o PS se prepare para apoiar a greve dos trabalhadores da Administração Pública, embora tenha considerado que o Executivo "tinha a obrigação de encontrar as respostas para que essa forma de protesto não existisse".

"O Governo está a actuar ao contrário daquilo que deveria ser feito em relação à Administração Pública", concluiu.

MARY RODRIGUES

Faltam
15 Dias
para o
XIII Congresso
Nacional

JORGE COELHO DENUNCIA

PROPAGANDA POLÍTICA DE DURÃO

A remodelação da oposição proposta pelo primeiro-ministro é "propaganda política". A denúncia foi feita pelo dirigente socialista Jorge Coelho, em Almada, no passado sábado, dia 26, em declarações à margem da XI Convenção Concelhia do PS.

O ex-ministro do Equipamento Social defendeu que Durão Barroso deveria preocupar-se com "os problemas do País" e em "criar condições para que os portugueses vivam melhor, em vez de se dedicar a lançar "slogans" e fazer "propaganda política".

Salientando que "temos problemas muito complexos", Coelho exemplificou a crise falando em "mais de 50 mil pessoas no desemprego" e criticou que, neste cenário, um Governo "que prometeu baixar os impostos" tenha, de facto, acabado por "subir o IRS e o IVA".

Jorge Coelho lembrou ainda os apelos feitos pelo Presidente da República, a propósito da necessidade de se debaterem as questões do País e observou, depois de confrontado com as desculpas/acusações recorrentes do Executivo de direita: "Não vale a pena dizer que são problemas herdados do anterior Governo. Temos é que resolver os problemas".



FERRO APRESENTA MOÇÃO

DIFERENÇAS À VISTA NA FORMA DE GOVERNAR

Ferro Rodrigues alertou os militantes para a possibilidade de o PS poder vir a governar o País mais cedo do que o previsto, insistiu na necessidade de uma remodelação governamental e acusou Durão Barroso de estar refém de Paulo Portas e Alberto João Jardim. Estas afirmações foram feitas nas sessões de apresentação da sua moção ao Congresso de Novembro, realizadas em Faro e no Porto, onde o líder do PS reiterou as críticas à política económico-social do Governo, classificando o Orçamento de Estado para 2003 como "passaporte para a recessão, a crise e o desemprego".

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, apelou quinta-feira em Faro aos militantes socialistas para que estejam "permanentemente preparados" para a possibilidade de o partido poder vir a governar o País. Falando em Faro, no âmbito das sessões que tem vindo a realizar em várias federações do País de apresentação da moção de estratégia global ao XIII Congresso do partido, Ferro Rodrigues ressaltou que não quer "qualquer instabilidade governativa ou subversão do calendário eleitoral". "Mas nada pode garantir que não possa existir do lado da direita um problema e temos que estar permanentemente preparados para a possibilidade de governar o País", disse, perante uma plateia de militantes, que enchia por completo a Biblioteca António Ramos Rosa, na capital algarvia. Recordou a propósito que também não era previsível há um ano atrás "que o calendário político tivesse sido aquele que foi depois das autárquicas de Dezembro, com eleições antecipadas". Durante a apresentação da sua moção, Ferro Rodrigues reiterou as críticas ao Governo no rescaldo da aprovação do Orçamento de Estado, documento que considerou "um passaporte para a recessão, a crise e o desemprego". Acusou os partidos de direita de terem passado recentemente "a uma nova fase" da sua actuação, ao seleccionar os alvos, elegendo-o a ele próprio "como alvo



privilegiado". "Está-se mesmo a ver porquê, porque ao exigir que houvesse transformações no Governo por considerar que algumas pessoas - nomeadamente o ministro de Estado e da Defesa - não têm a menor credibilidade para estar no Governo em democracia - querem agora criar uma situação em que o País possa dizer que os políticos são todos iguais", disse. E salientou que nesse dia durante a sua intervenção no Parlamento, o ministro da Presidência, Marques Mendes, "falou 15 vezes no PS e sete ou oito" no seu nome, "como uma espécie de inimigo público número um", o que demonstra "que estão numa situação pantanosa". Na sua intervenção, o secretário-geral socialista voltou a criticar o primeiro-ministro por se ter "dado ao luxo" de partir para a cimeira europeia extraordinária "sem ter ouvido os parceiros sociais e os partidos políticos", o que "rompe com uma tradição de muitos anos em Portugal".

Maioria artificial

Na sexta-feira, na sessão de apresentação da sua moção aos militantes da Federação do Porto, Ferro Rodrigues insistiu na necessidade de Durão Barroso efectuar uma remodelação governamental. "Se ela atinge

membros do CDS/PP e não é feita, é porque o primeiro-ministro não tem coragem de a levar à prática e isso significa que está nas mãos de Paulo Portas e de Alberto João Jardim". Tal como no encontro com os socialistas algarvios, o secretário-geral voltou a afirmar que o PS tem de estar "permanentemente preparado para governar", uma vez que se vive num contexto de "uma maioria artificial". Sublinhou, no entanto, que a desejada estabilidade "não dependia só" dos socialistas, acrescentando que o PS e a oposição estão a fazer mais por essa estabilidade política do que Durão Barroso. Num tom algo irónico, o líder do PS agradeceu ao primeiro-ministro pela prática política destes seis meses de governação, já que essa prática mostrou àqueles que diziam já não haver diferença entre os governos do PS e os da direita quão diferentes são uns e outros. "Está tão à vista", afirmou. Ferro Rodrigues aproveitou ainda para falar das recentes conclusões da comissão independente criada pelo Governo para analisar o serviço público de televisão e o futuro do Canal 2, classificando este caso como "uma demonstração prática daquilo a que conduz a arrogância sem limites". Recordou que tanto Morais Sarmento,

ministro da tutela da RTP, como o próprio Durão Barroso defenderam que o Canal 2 não podia continuar em mãos públicas. "Felizmente, as pessoas dessa comissão mostraram independência e concluíram - aquilo que o PS sempre disse - que o serviço público precisa de dois canais", afirmou. Ferro Rodrigues acusou ainda a actual maioria de direita de ter lançado "um ataque selectivo, como uma espécie de 'snipers'", contra dirigentes do PS, como António Costa, José Sócrates, Jorge Coelho ou ele próprio. Na intervenção mais virada para as questões internas, Ferro Rodrigues classificou como "naturais" as resistências de algumas estruturas do partido às mudanças que a direcção do partido pretende introduzir, designadamente com a introdução da limitação de mandatos, sublinhando que "se houvesse só consenso até seria negativo". Quanto às próximas eleições europeias, afirmou que "o PS se vai apresentar com listas próprias, com as suas ideias e propostas, livre de quaisquer compromissos", face a uma esquerda onde "o eurocepticismo continua a dominar" e uma direita "onde acontece uma coisa extraordinária: um PSD europeísta convicto unido a um CDS/PP anti-europeísta".

J. C. CASTELO BRANCO

SAMPAIO NA GUARDA

EM DEFESA DO DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES

Apelos à discriminação positiva do interior, no quadro de uma política de coesão nacional, a uma maior auto-estima e participação dos portugueses nas decisões que lhe dizem respeito, e críticas ao excessivo relevo dado às questões financeiras em detrimento das questões decisivas do nosso desenvolvimento, marcaram os primeiros quatro dias da presidência aberta de Jorge Sampaio no distrito da Guarda, onde os autarcas locais não pouparam nas críticas ao actual Governo.

No primeiro dia da sua visita ao distrito da Guarda, no discurso que proferiu nos Paços do Concelho da Câmara, Jorge Sampaio foi optimista quanto ao futuro do País e da região, puxando pela auto-estima dos portugueses, mas alertando que nada se fará com facilitismo e sem o envolvimento de todos, ao mesmo tempo que lançou recados ao Governo e a alguns empresários.

O Presidente da República manifestou-se crítico das «miragens» segundo as quais «para tudo há uma reforma que vai resolver todos os problemas», mas também do excessivo relevo dado às questões financeiras, relegando para segundo plano o que é fundamental - as questões económicas e as que dizem respeito ao desenvolvimento.

Numa das suas afirmações mais fortemente aplaudidas pela assistência, elogiou a capacidade dos trabalhadores portugueses. O Presidente da República perguntou por que razão se «discute tanto a produtividade», quando, sempre que viaja ao estrangeiro, se ouve elogios rasgados à capacidade de trabalho dos portugueses. «Não será que precisamos de melhores empresas, de melhores empresários e de melhor formação?», perguntou.

Antes, Sampaio tinha afirmado que «vale mais uma rotunda a menos do que três recintos pré-primários», colando-se assim às críticas que vêm sendo feitas ao ministro da Educação de estar a desvalorizar o ensino pré-primário.

Sobre esta região, o Presidente lembrou que alguns indicadores económicos transformam o distrito da Guarda no mais pobre do País, mas não deixou de recordar exemplos de inovação para insistir na ideia de que aquelas gentes devem aproveitar as novas oportunidades de uma economia mais aberta, à escala continental, na qual a proximidade da fronteira deixou de significar isolamento.

Pequenas lições de cidadania e democracia. Foi o que Jorge Sampaio fez no segundo dia da visita ao distrito da Guarda. Um dia dedicado, essencialmente, ao ambiente e turismo, mas durante o qual o Presidente da República não perdeu uma única oportunidade para apelar a uma maior participação de cada português na vida colectiva.



Segundo sublinhou, «é preciso discutir a política, a política somos nós que a fazemos, os eleitos, mas também os eleitores».

Porque «nem tudo se decide em Lisboa», o PR quer que os portugueses participem, que assumam as suas responsabilidades. Por exemplo, na sua passagem pela serra da Estrela insistiu na «ligação profunda entre ambiente e desenvolvimento», para que deixem de ser os atentados paisagísticos que estragam a serra. Mas isso não se faz «só com fiscais», isso tem que partir de cada um de nós, salientou.

O Presidente quer os portugueses mais envolvidos nas decisões que lhes dizem respeito, mas gostaria que tudo isso tivesse um sentido. Que «os projectos tenham continuidade», que «consigamos manter uma linha de rumo do nosso desenvolvimento», em vez de, como muitas vezes tem acontecido, as apostas se sucedam, sem que nenhuma seja concretizada. E o dia que passou em dois concelhos da serra da Estrela, Gouveia e Manteigas, deu-lhe vastos motivos para exemplo. A jornada começou com um passeio a pé, de mais de uma hora, por uma calçada romana da serra da Estrela e incluiu uma visita às termas, pista de esqui e vale glaciário de Manteigas. Tudo projectos de exploração turística que têm em conta um desenvolvimento sustentado, ou como disse o PR, constituem apostas de «turismo inteligente».

Continuar recuperação das aldeias históricas

O dia ficou ainda marcado pelas intervenções dos dois autarcas que, em discursos

entusiasmados, mostraram partilhar das preocupações do Presidente. Álvaro Amaro, secretário de Estado de Cavaco Silva e agora presidente de Gouveia, enalteceu a descentralização e a necessidade de solidariedade nacional. O autarca de Manteigas, José Manuel Biscaia, igualmente do PSD, lançou-se numa muito clara e directa crítica aos governantes que prometem «discriminação positiva para o interior», mas depois nada fazem.

No terceiro dia de presidência aberta, as acessibilidades da região da Guarda estiveram no centro das conversas dos autarcas com Jorge Sampaio. É que o IP2, que nos conduz da Guarda a Mêda e Foz Côa e que no mapa tem a classificação europeia de E-802, ainda não foi concluído, prejudicando significativamente o desenvolvimento do interior do País. «Quanto tempo mais vai o IP2 demorar a completar-se?» questionou Sampaio, pedindo celeridade na decisão.

Além de Mêda e Foz Côa, o Presidente visitou as aldeias históricas de Marialva, Castelo Rodrigo e Almeida, tendo salientando a importância que a preservação e dinamização deste património pode ter na economia de uma região sem muitos outros recursos.

Ao elogiar o bom trabalho de recuperação do património histórico em Almeida, Sampaio decidiu dirigir-se à ministra das Finanças. «Eu faço votos e espero que a dra. Manuela Ferreira Leite nos esteja também a ouvir porque é uma maneira indirecta de pedir à Comunicação Social que transmita este bocadinho, pode ser que tenha um bocadinho mais de picante», disse. O Presidente disse que houve dinheiro bem

empregue e que «o dinheiro não foi muito». Por isso, Sampaio quer que o Governo invista mais dinheiro no programa das aldeias históricas para que outros exemplos como Almeida surjam no País. «É possível multiplicar isto», disse.

Entretanto, ontem, no quarto dia da sua visita ao distrito da Guarda, passou grande parte do tempo num camião TIR em que acompanhou um camionista ao longo dos cerca de 50 quilómetros que separam a Guarda de Vilar Formoso. Objectivo: mostrar a realidade de um sector em «crescente modernização» e prestar uma «homenagem» aos camionistas que passam parte das suas vidas na estrada. A FSTRU agradeceu esta iniciativa para entregar uma carta aberta ao chefe de Estado, denunciando as «precárias condições de saúde e de segurança» em que laboram estes profissionais, pressionados muitas vezes por certos patrões a trabalharem 15 e 16 horas diárias.

De manhã, Sampaio tinha passado pelo CAT da Guarda, onde ficou a saber mais uma vez que já «não há territórios livres» deste flagelo em Portugal, tendo insistido na ideia de que a toxicod dependência é um problema de saúde pública que deve merecer o empenhamento de todos. O Presidente visitou ainda a fábrica de iogurtes Gelgurte, apontada como exemplo de uma empresa de sucesso do distrito, e assistiu à assinatura de constituição da Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial da Guarda, um projecto do Governo do PS, que Sampaio disse ser «uma grande oportunidade» para o desenvolvimento da Guarda.

J. C. CASTELO BRANCO

CAPOULAS CHAMA MINISTRO DA AGRICULTURA AO PARLAMENTO

O PS solicitou a presença urgente do ministro da Agricultura, Sevinate Pinto, no Parlamento para justificar as razões que terão levado Portugal a aceitar o congelamento de verbas para a Política Agrícola Comum (PAC) a partir de 2006.

Segundo o ex-ministro da Agricultura Capoulas Santos, as conclusões da última cimeira europeia em Bruxelas "representam o toque de finados" para o sector agrícola.

"O Governo de Durão Barroso abandonou a agricultura portuguesa à sua sorte, depois de ter seguido uma estratégia suicida, colocando-se sempre ao lado dos países mais beneficiados pela actual PAC", acusou o deputado socialista. Na perspectiva do parlamentar, Portugal sairá "gravemente prejudicado da decisão europeia de serem congeladas entre 2006 e 2013 as verbas destinadas à PAC".

"Esse acordo significa que o mesmo orçamento comunitário vai ser distribuído por mais dez Estados-membros em virtude do alargamento da União Europeia", previsto para 2004, acrescentou Capoulas Santos.



Gato por lebre na qualidade alimentar

O deputado socialista acusou ainda o Executivo de "vender gato por lebre" ao anunciar um "pseudo-pacote" de medidas com o objectivo de melhorar os mecanismos de controlo e fiscalização da qualidade alimentar.

Capoulas Santos considera que as medidas anunciadas não trazem nada de novo, pelo contrário, só servem "para adiar o reforço da fiscalização em Portugal".

Para o deputado socialista, as medidas do Governo resumem-se "à criação de uma nova comissão para fazer o levantamento da situação, o que há muito está feito, e a nomear uma nova comissão instaladora para a agência de segurança e qualidade alimentar, já criada anteriormente pelo Governo do PS".

O ex-ministro da Agricultura considera ainda que apesar do Governo anunciar que vai repensar a questão, já fez saber que a nova agência não terá funções fiscalizadoras, "cujo reforço o anterior Governo tinha previsto".

REFORMA NA FUNÇÃO PÚBLICA

PS CONTRA PROPOSTA INCONSTITUCIONAL DO GOVERNO

O PS e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) consideraram inconstitucional a proposta do Governo que acaba com a reforma máxima ao fim de 36 anos de serviço.

A posição foi assumida após o Grupo Parlamentar socialista ter recebido na Assembleia da República o STE.

"A proposta do Governo é inconstitucional, porque altera radicalmente as regras do jogo, quando o jogo se aproxima do final para muitos trabalhadores com quase 36 anos de serviço", criticou o presidente do STE, Bettencourt Picanço.

O deputado socialista Artur Penedos frisou que o PS "em circunstância alguma aceitará que o Estado não respeite os direitos dos cidadãos".

"A proposta do Governo está ferida de uma inconstitucionalidade formal, porque os sindicatos não foram ouvidos", apontou Artur Penedos, criticando o facto da medida aparecer "por arrastamento no quadro do Orçamento de Estado para 2003".

Tal como anunciou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no encerramento do debate na generalidade do Orçamento de Estado para 2003, na fase da especialidade, a bancada socialista avançará com uma proposta de eliminação da medida que acaba com o direito à reforma máxima ao fim de 36 anos de serviço.

CONTRA PRIVATIZAÇÃO DOS HOSPITAIS

MARIA DE BELÉM DEFENDE MISERICÓRDIAS COMO AGENTES DE SAÚDE

Maria de Belém Roseira é "frontalmente contra" a privatização dos hospitais em Portugal. Assim o manifestou a própria, no sábado, durante o 1º Congresso das Misericórdias do Norte, no Porto.

A actual presidente da Assembleia Geral da União das Misericórdias do Porto (UMP) questionou-se sobre se "o Hospital de S. João no Porto e outros hospitais das Misericórdias quererão ver a sigla S.A. associada ao seu nome?", classificando as Sociedades Anónimas como "instituições sem rosto e sem alma".

Para quem "os hospitais não são instituições sem rosto", é importante atender ao facto de que o sector social não poder ter o mesmo tratamento que o sector privado, atribuindo competências a cada um.

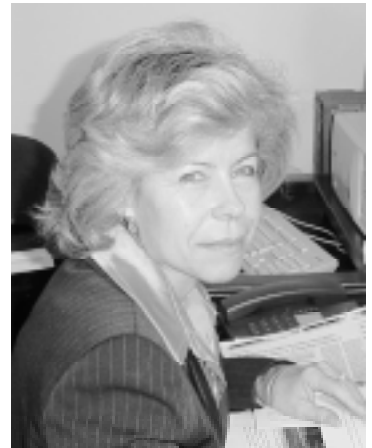
"Cada qual deve ter o seu papel onde melhor o desempenhar. As relações com as instituições privadas e sociais devem estabelecer-se através de protocolos, e não de regras comerciais", sustentou.

Na opinião da ex-ministra da Saúde, a Lei de bases da gestão hospitalar apresenta erros, quer a nível da definição do sector social, público e privado, quer na definição da lei de bases e na própria organização do sector público".

Por isso, "torna-se um resultado totalmente inadequado ao que se pretende. É um erro tremendo a saúde estar nas mãos do sector privado."

A solução, de acordo com Maria de Belém, passaria por uma relação mais estreita com as misericórdias, com as quais o Estado não necessitaria de elaborar protocolos, poupando tempo e evitando burocracias. Neste sentido, a ex-governante enumerou várias razões.

"O Estado pode negociar com as Misericórdias preços e formas de pagamento. A relação de proximidade e afectividade estabelecida com os doentes é algo que o Estado nunca consegue. E está na hora de as Misericórdias reivindicarem o reconhecimento público do seu lugar e assumirem-se como agentes de saúde que contribuem para o desenvolvimento humano, pela sua força e enriquecimento curricular", disse.



SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO

GRUPO DE TRABALHO DEFENDE PROPOSTAS SOCIALISTAS

O Governo deu outro passo em falso em matéria de política audiovisual, dando, mais uma vez, razão ao PS.

O ministro da Presidência viu contrariadas as suas posições sobre o serviço público de televisão no relatório final do grupo de trabalho, por ele próprio criado, para analisar esta questão.

O documento era já conhecido, mas só anteontem Morais Sarmiento o entregou à administração da RTP e a direcção socialista considera irónicas as "coincidências" entre o relatório e as propostas que o seu o líder parlamentar, António Costa, apresentara a 1 de Junho ao Governo.

Recorde-se que o PS disponibilizara-se então para um pacto de regime sobre o caso RTP, a discutir em seis pontos, entre os quais se incluíam a definição do conteúdo do serviço público, a clarificação da natureza complementar dos diferentes canais (o que pressupõe mais do que um), a fixação de um novo modelo de financiamento e a criação de uma nova autoridade reguladora única.

Ora, o relatório do grupo de trabalho, além de responder a vários destes requisitos, defende que o segundo canal não deve ser alienado até à chegada da televisão digital terrestre, e a criação de um "verdadeiro órgão regulador do audiovisual."

PRESIDENCIAIS NO BRASIL

FERRO E GUTERRES SAÚDAM VITÓRIA DE LULA

O líder do PS manifestou-se "satisfeito pelo triunfo de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais brasileiras.

Na mensagem enviada por Ferro a Lula, o secretário-geral do Partido Socialista estendeu ainda o seu voto de felicitações a "todo o povo brasileiro".

"Espero que seja também a vitória da esperança de todos os brasileiros", frisou Ferro Rodrigues, no escrito que endereçou ao candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), confirmado vencedor das presidenciais do Brasil na segunda volta, no passado dia 27. Entretanto, o presidente da Internacional Socialista (IS), António Guterres, enviou hoje "calorosas" felicitações a Lula da Silva pela sua eleição.

Guterres conversou ao telefone com o presidente eleito do Brasil e na sua

mensagem, em nome da IS, manifestou ao líder do PT "toda a solidariedade e cooperação no futuro desenvolvimento das acções do seu Governo em prol do povo brasileiro e em nome dos ideais de democracia, solidariedade e justiça social".

"Desejo sinceramente que o êxito do seu Governo seja um factor decisivo, não apenas para o bem do povo brasileiro, mas também para o triunfo das ideias e forças progressistas à escala do mundo em que vivemos", escreve o ex-primeiro-ministro português.

PT na Internacional Socialista

António Guterres adiantou ainda que terá como primeira prioridade até ao final do seu mandato, em Junho, o início do processo de adesão do Partido dos Trabalhadores brasileiro



à Internacional Socialista (IS). Em declarações à Imprensa, Guterres disse ter voltado a abordar o tema da adesão do PT do Brasil à IS, durante uma conversa telefónica com o vencedor das eleições presidenciais

brasileiras, Luiz Inácio Lula da Silva. "Se continuar a haver interesse do PT na adesão, haverá total receptividade por parte das organizações que fazem parte da IS", referiu.

PORTUGAL SOCIALISTA
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO SOCIALISTA

O QUE É PRECISO PARA RENOVAR O PS

Com os contributos de:
José Leitão
Eduardo Ferro Rodrigues
Augusto Santos Silva
Carlos Trindade
Francisco Mascarenhas
Gilberto Cor Umbelina
José Magalhães
Manuela do Mato
Miguel Coelho
Pedro Carlos Bacelar de Vasconcelos
Pomulda Fernandes
Teresa Lago
Vicente Jorge Silva

Com: **TELEVISÃO PÚBLICA**

Relatório da Comissão para a Revisão da Declaração de Princípios

Proposta de documento de referência para a elaboração da Declaração de Princípios do Partido Socialista

SOARES LANÇA LIVRO DE ENTREVISTAS

O eurodeputado socialista Mário Soares apresentou, em Paris, um livro de entrevistas que o próprio definiu como "a história de um percurso".

Intitulado "Memória Viva", o livro reduz a escrito nove horas de entrevistas, parte das quais foram transmitidas no canal da televisão francesa "Histoire".

O presidente da editora francesa responsável pela edição do livro salientou o "tom livre e sincero" que marca os depoimentos do antigo Presidente da República português e o "percurso excepcional de um homem crucial para a história portuguesa e francesa".

O evento foi marcado pela presença de inúmeras personalidades, como o ex-presidente da Comissão Europeia Jacques Delors, o antigo secretário-geral da ONU Boutros-Boutros Ghali, a filha do ex-Presidente francês François Mitterrand, o filósofo Edgar Morin e o antigo ministro da Cultura, o socialista Jack Lang. Presente na cerimónia de lançamento, Maria João Avelaz, autora de uma biografia de Soares, considerou "fantástico" o facto do antigo Presidente ter sido a primeira figura estrangeira a ser convidada para esta série, referindo a "importância que teve na instauração da democracia em Portugal".

Este livro marcou igualmente o reencontro de Mário Soares com Dominique Pouchin, editor



da entrevista, e que em 1976 publicou uma outra obra em conjunto com Soares, "Portugal, que revolução".

O actual deputado europeu estabelece uma diferença entre as duas publicações, salientando que no livro agora editado faz "uma reflexão sobre Portugal" e sobre a sua experiência enquanto político e governante, enquanto o anterior se concentrava no 25 de Abril.

Em "Memória Viva", Soares tem ainda tempo para comentar alguns temas mais actuais, como a Europa, o 11 de Setembro, a vaga de direita nos países da União Europeia e o conflito israelo-árabe.

ÉVORA

EXECUTIVO CAMARÁRIO APRESENTA PROPOSTAS PARA PIDDAC 2003

A Câmara Municipal de Évora defendeu a construção na cidade de uma Escola Superior de Saúde, propondo que o equipamento seja contemplado já no PIDDAC de 2003. Num documento enviado ao Governo e aos deputados eleitos pelo círculo de Évora, a autarquia alega não existir em todo o Sul do País qualquer escola superior onde possam ser ministrados cursos de tecnologias da saúde, tal como de análises clínicas, fisioterapia, radiologia e cardiopneumologia. O presidente da Câmara, José Ernesto d'Oliveira garante que "Évora tem condições para acolher essa escola, partindo das infra-estruturas físicas já existentes na escola de enfermagem e dos recursos técnicos e humanos que a cidade dispõe".

No documento o Executivo socialista defende também ser "urgente" a construção de um novo hospital que "corresponda às necessidades da região e às exigências de cuidados de saúde de qualidade". A autarquia apresenta ainda outras propostas para o PIDDAC do próximo ano, como a construção da nova biblioteca pública e do novo arquivo distrital, a ampliação do museu e a afectação de verbas para as obras do programa Polis.

BAIÃO

AUTARCAS CONTRA ELIMINAÇÃO DE PROJECTOS

Os autarcas socialistas de Baião criticaram a retirada da proposta de PIDDAC para 2003 das ligações da sede de concelho ao IP4 e à Ponte da Ermida. Em conferência de Imprensa, os autarcas manifestaram a sua "profunda indignação" por aquelas obras não constarem na proposta, quando, ainda em no mês de Setembro, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes, garantiu que a ligação ao IP4 avançaria "até ao fim deste ano". Os eleitos pelo PS recordaram que o primeiro lanço da ligação de Baião ao IP4, até Quintã, Marco de Canaveses, foi executado durante os governos do PS, num investimento total de cerca de três milhões de contos (15 milhões de euros).

"Solicitamos ao Executivo que conclua os seis quilómetros de obra entre Quintã e Baião e que avance com a concretização da ligação entre Baião e Ermida", afirmaram os autarcas, para quem esta ligação "permitirá criar um eixo fundamental e estruturante do desenvolvimento da sub-região".



AML

JUNTA METROPOLITANA INSATISFEITA

Os municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML) vão entregar ao ministro do Ambiente e Ordenamento do Território um documento em que fundamentam a sua "insatisfação" relativamente à proposta de PIDDAC. Segundo Maria da Luz Rosinha, Isaltino Morais mostrou-se disponível para uma reunião com os

autarcas para analisar o PIDDAC. Na última reunião da JML, foi aprovada por unanimidade uma posição de "desagrado" em relação à proposta de PIDDAC, justificada com o facto de "não lhe ter sido solicitado parecer para a elaboração do documento" e por "não terem sido respeitados os compromissos anteriormente assumidos". No comunicado, os autarcas acrescentam ainda que podem ser colocadas em risco "a continuidade de algumas obras e paralisando outras, para as quais os municípios já haviam elaborado estudos e projectos".

ALGARVE

GOVERNO DIMINUI INVESTIMENTO PÚBLICO NA REGIÃO

Os deputados do PS eleitos pelo círculo do Algarve acusaram o Governo de "virar costas" à região, ao diminuir o investimento público no orçamento para 2003, em 21 por cento em relação a 2001.

Após recentes contactos com várias entidades da região, os socialistas concluem que as obras públicas lançadas pelo anterior Governo "são praticamente todas adiadas, surgindo agora com inscrições orçamentais para 2003, 2004 e 2005, quando anteriormente a sua conclusão apontava para o final de 2003".

"Nas acessibilidades rodoviárias, 2003 assinalará a conclusão da Via do Infante até Lagos. É caso para dizer, que enquanto o PS fez a auto-estrada e tornou irreversível a variante até Lagos, o PSD/PP trouxe as portagens", assinalam no comunicado os parlamentares socialistas.

No transporte rodoviário, os deputados registam a continuidade da obra "lançada pelo Executivo do PS de renovação da ligação Lisboa/Algarve e de modernização da linha do Algarve", mas vêem com apreensão "a inexistência de investimentos para a criação de uma ligação por Metro de superfície em torno das áreas urbanas do Algarve".

Lamentam também o corte global de 11 por cento no investimento e no orçamento corrente da Universidade do Algarve, "com perspectivas muito sombrias ao nível do funcionamento" da instituição.

"De forma cega e arrogante o Governo PSD/PP proíbe as autarquias de recorrerem ao crédito bancário para a utilização de fundos comunitários e projectos de habitação", consideram, sublinhando que, neste caso, a única excepção prevista é o recurso ao crédito para as obras dos estádios do Euro 2004.

Criticam igualmente "a anulação ou adiamento da quase totalidade dos projectos de infra-estruturas destinadas às forças de segurança, desaparecendo do PIDDAC, entre outros, os projectos de novas instalações da PSP em Lagos, e da GNR em Tavira e Alvor".

"Na economia, o choque fiscal prometido antes das eleições legislativas está transformado em adiamento fiscal em favor do Estado", lamenta o documento, sublinhando que, a manter-se o esquema previsto de pagamentos por conta, haverá uma arrecadação global em 2003 de mais de 500 por cento através dos pagamentos por conta, o que levará "algumas empresas a sucumbir".



UISEU

VERBAS PARA O DISTRITO REDUZIDAS 19 POR CENTO

O PS/Viseu acusou os dirigentes distritais do PSD e do PP de serem incapazes de reivindicar junto do Governo obras fundamentais para o distrito, que ficaram esquecidas no PIDDAC de 2003.

O presidente da Federação, José Junqueiro, afirmou em conferência de Imprensa que o Governo de coligação "menorizou" o distrito de Viseu, reduzindo as verbas previstas em 19 por cento. "O PSD e o PP não têm representantes à altura de se imporem para pedir o investimento adequado para os problemas da nossa região. A sua falta de credibilidade está agora expressa de uma forma clara nesta ausência do PIDDAC", frisou José Junqueiro.

O deputado socialista lembra que para além de estar previsto, não faz parte do PIDDAC, o lançamento do IC12, que fará a ligação entre Mangualde, Canas de Senhorim e completa o acesso a Santa Comba Dão, e o IC 26 que, no distrito de Viseu, ligará Lamego ao IP2.

Ainda no capítulo das acessibilidades, a EN 222-2, entre Resende e o IP3, que "tem já as obras de arte prontas a ir a concurso" - obra que, segundo as últimas informações, será adiada para o ano de 2005 -, nem a duplicação do IP3 entre Viseu e Coimbra, também não aparecem no documento. No que respeita à educação, José Junqueiro criticou o facto de não estar "nenhuma verba inscrita que permita pensar que algum dia a universidade pública seja uma realidade", nem para cumprir a "velha promessa" feita ao Instituto Piaget de celebrar um contrato-programa idêntico ao da Universidade Católica.

MACHADADA NA QUALIDADE DE VIDA

COM DISCRIMINAÇÃO E INJUSTIÇA

Manifestamente descontentes com a actual governação de direita, autarcas e parlamentares socialistas não escondem o receio de uma verdadeira recessão económica no País. Mesquita Machado e Vasco Cordeiro, presidente da ANA/PS e líder da bancada regional dos Açores, respectivamente, apontam para a prejudicial quebra do investimento público e o incompreensível aumento da despesa corrente, no quadro de um Orçamento de Estado para 2003 que, segundo afirmam, nada augura de bom para a qualidade de vida dos portugueses e que merece adjectivos como "desajustado", "injusto" e "disparatado", que também não restitui confiança e credibilidade nos agentes económicos.



O presidente da ANA-PS considera que o Orçamento de Estado aprovado na generalidade pela maioria parlamentar de direita é "um autêntico orçamento da banana" por privilegiar apenas a Região Autónoma da Madeira. Mesquita Machado, em declarações ao "Acção Socialista", criticou duramente o Governo por ter feito "um acordo prévio" com Alberto João Jardim, por forma a garantir os votos favoráveis dos deputados do PSD/Madeira em troca de um aumento dos investimentos na região. "Este orçamento foi pago a peso de ouro", reitera o edil de Braga, apontando para o pacote de medidas que beneficiarão a ilha. Por outro lado, o autarca não hesita em afirmar que a política orçamental seguida pelo Executivo de coligação "não respeita a Lei das Finanças Locais", uma vez que "impõe restrições ao acesso ao crédito por parte das autarquias" que contrariam o referido quadro normativo. "Os municípios vão ter, já em 2003, que reduzir drasticamente os investimentos", alertou Mesquita Machado, apontando como exemplo de desinvestimento necessário a área da habitação social. Segundo o presidente da Câmara de Braga, com o OE-2003 "corre-se o risco de não poderem ser

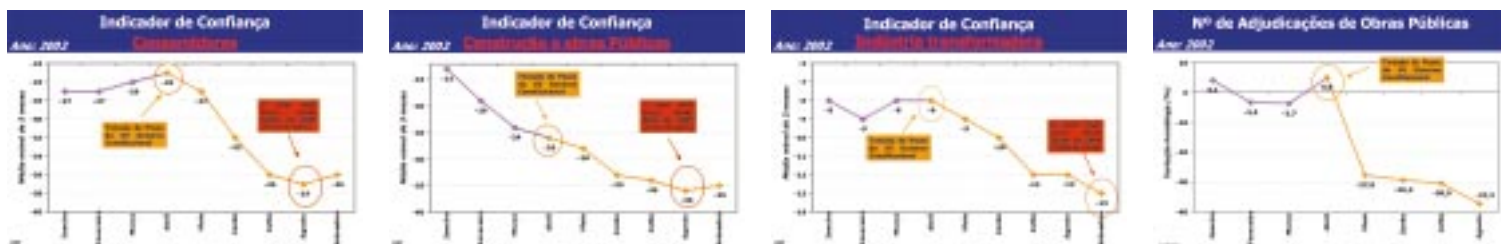
utilizadas as verbas disponíveis no terceiro Quadro Comunitário de Apoio". Em suma, referiu, "vai haver uma diminuição no investimento em termos globais", situação esta que terá repercussões ao nível das empresas que trabalham para os municípios, que terão menos que fazer, menos dinheiro e empregarão menos pessoas. Ou seja, "tudo isto traduz-se no aumento do desemprego" e num "agravamento da qualidade de vida das pessoas". Por outro lado, assinalou, "o Orçamento de Estado proposto para o próximo ano privilegia um aumento das despesas correntes acima dos 5 por cento". Ora, "o Governo está a fazer precisamente o contrário do que deveria ser feito", alertou, acrescentando que uma quebra nos investimentos e uma subida das despesas correntes "é meio caminho andado para levar o País a uma recessão económica". Recordando que Portugal vive uma conjuntura de crise económica, fruto da desconfiança gerada "pelas palavras infelizes do primeiro-ministro ao dizer que o País estava de tanga", o presidente da ANA-PS falou também no problema dos Planos de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC's). "Assentes no investimento, os PIDDAC's têm sofrido "reduções desajustadas e extremamente injustas", considerou, denunciando que em Braga, por exemplo, a evolução negativa atingiu os 29 por cento.

De "injustiças evidentes" e de desajuste de medidas falou também ao Órgão Oficial do PS o líder da bancada socialista na Assembleia Regional dos Açores. Segundo Vasco Cordeiro, a proposta de OE apresentada e aprovada pela maioria é "típica de um Governo que não sabe o que está a fazer ou para onde ir". "Se Portugal atravessa, como sabemos, uma conjuntura desfavorável em termos económicos, a pergunta que devemos fazer é se ela será melhorada com o Orçamento de Estado previsto para 2003", afirmou, acrescentando como resposta: "Não, é óbvio que não". "Trata-se de um orçamento disparatado", resume o parlamentar açoriano, para quem a o pacote de medidas que o primeiro-ministro concedeu à Madeira camufla "toda uma encenação para salvar a face de Alberto João Jardim". Relativamente ao conjunto iniciativas que Durão Barroso foi anunciar "com pompa e circunstância" ao Funchal, Vasco Cordeiro lamenta verificar que nenhum responsável se tenha dado ao trabalho de verificar que eram 37 e não 38 os pontos, "porque havia medidas repetidas". Por outro lado, falar de "descentralização" quando uma das iniciativas previstas no pacote era a inauguração de um notário "demonstra bem a ideia de autonomia deste Governo", frisou.

Garantindo que o PS/Açores se mantém "atento e crítico" face às atitudes governativas "discriminatórias" que beneficiam a Madeira em detrimento dos Açores, o líder da bancada dos socialistas açorianos qualificou como "pura mentira" a justificação usada pelo Executivo ao alegar que ambas as regiões autónomas não tinham pacotes de medidas idênticos porque os responsáveis açorianos não tinham apresentado nenhum documento escrito nesse sentido. "Isto espelha desconhecimento e deficiente coordenação por parte do Governo da República", disse Vasco Cordeiro, advertindo que, se a discriminação se materializar em apoios, as medidas a tomar pelos socialistas açorianos serão bem diferentes". Quanto aos divulgados cortes no investimento anunciados pelo Executivo regional do socialista Carlos César, o deputado explica que eles são fruto de alterações na conjuntura económica nacional e internacional. A propósito do Plano a Médio Prazo (PMP), Vasco Cordeiro falou da imperatividade de se proceder, no arquipélago, a uma "reprogramação do PMP e do orçamento regional". "Há alguns investimentos que terão de ser deslocados no tempo", disse, lembrando que "os Açores contavam com um montante previsível de endividamento na ordem dos 30 milhões de euros", mas "mas o Governo orçamentou zero para essa parcela". Assim, ponderou, "o Orçamento de Estado não cumpre a Lei das Finanças para as Regiões Autónomas" e mais quando em matéria de transferência de verbas, "não usa as taxas correctas". Neste contexto, Vasco Cordeiro, não hesita em reconhecer que o OE para 2003 constitui "um factor de perturbação" para a economia e as finanças da região. A título de exemplo, o líder parlamentar açoriano referiu o previsível prejuízo do processo de reconstrução do parque habitacional do Faial e do Pico, as ilhas que em 1998 foram abaladas por um forte sismo. Mas, apesar de tudo isto, garantiu, "os planos concebidos para os Açores prevêm a materialização dos investimentos essenciais para o arquipélago e demonstram que "o Governo regional continua a ter uma capacidade de concretização de políticas no mínimo invejável".

MARY RODRIGUES

CONSEQUÊNCIAS MACROECONÓMICAS DO DISCURSO DA



ELISA FERREIRA

INCOMPETÊNCIA LEVA PAÍS PARA A RECESSÃO

A previsão socialista de que as políticas do actual Governo conduziram o País para a recessão confirmou-se esta semana com a divulgação de dados segundos os quais Portugal conhece pelo terceiro trimestre consecutivo uma quebra de todos os indicadores económicos.

No momento em que os parlamentares na Assembleia da República vão começar o debate na especialidade do Orçamento de Estado para 2003 e em que por todo o País se levantam vozes contra o PIDDAC, o "Acção Socialista" foi ouvir a deputada Elisa Ferreira.



Para a ex-ministra do Planeamento, a razão da actual situação económica tem a ver com a análise que o Governo faz do País: "É uma leitura de um País sem esperança, de um País sem objectivos em que a obsessão do défice ocupa todo o discurso político". A vice-presidente da bancada socialista acusa o Executivo de não estar a tomar as medidas adequadas à situação. Segundo Elisa Ferreira, essas políticas nem sequer a prazo levam à correcção do défice porque, afirma, do lado das receitas há uma quebra brutal, desde logo na arrecadação de impostos que se desviou "relativamente aquilo que eram as projecções do orçamento rectificativo" devido à paralisação da actividade económica. Vista a questão pelo lado da despesa, a deputada considera que os cortes no investimento produtivo "têm um efeito negativo sobre o resto da economia", ao mesmo tempo que contraria as teses do Governo ao afirmar que "a despesa corrente está a aumentar em vez de diminuir". Justificando com números, refere que as despesas correntes no Orçamento são de 5,4 por cento, acima portanto do crescimento do PIB, o que claramente significa que continuam a crescer. Apesar de reconhecer que os socialistas falharam no compromisso de 1,1 por cento, lembra que o comissário Pedro Solbes tinha acordado com o Governo de então que se "fechasse o negócio" nos 2,8 por cento. Ora,

na precisa altura em que países como a Alemanha, a França e a Itália também não cumpriram os objectivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o desvio verificado em Portugal é justificável "pelo período de recessão" nas economias europeias e mundiais, pelo que a mudança dos critérios de cálculo do défice teve a ver com a vontade deliberada deste Governo de fazer oposição ao anterior Governo. Para Elisa Ferreira, não é aceitável que "estejamos a utilizar em algumas variáveis critérios que mais nenhum país da União Europeia utiliza". E vai mais longe nas críticas: "O próprio relatório [do Banco de Portugal] recomenda que se faça lóbi junto do Eurostat para que todos os países utilizem os mesmos critérios, coisa que o Governo não fez porque achou que não valia a pena". Comparando o clima económico em Portugal com os restantes membros da União Europeia, a deputada do PS sublinha que no nosso país "a quebra das expectativas é muito maior do que a da médias dos países da UE, e muito maior desde que o actual Governo tomou posse".

Cortes absurdos

Salientando que o PS está "disponível para trabalhar com o Governo relativamente a mecanismos de controlo da despesa", a deputada também refere que os socialistas não

estão disponíveis para "embarcar no método que está a ser seguido" para esse objectivo. Sobre os cortes previstos no PIDDAC, a ex-ministra do Planeamento refere que se trata de uma insensatez: "É um absurdo cortar o PIDDAC, mas depois é ainda mais absurdo os cortes em ministérios como a Cultura, a Ciência e a Tecnologia que pela primeira vez tiveram em Portugal financiamentos comunitários, numa negociação feita pelos governos do PS em que se conseguiu que a cultura fosse co-financiada, o mesmo acontecendo com a ciência e tecnologia que são estratégicos para o aumento da produtividade". E justifica esta linha pensamento argumentando que o peso destas duas áreas representa em termos de Orçamento de Estado 1 a 2 por cento, mas cujo impacto na sociedade vai muito para além dessa realidade, para já não falar "no risco de por essa via também se estar a perder fundos comunitários". A propósito da possível perda de fundos comunitários, Elisa não compreende a contradição do Governo nesta matéria: "Por causa de não perdemos os fundos temos que fazer todos os sacrifícios para controlar o défice, mas a seguir admite-se, pelo menos no discurso, que se vai perder fundos comunitários, ou por incumprimento do défice ou por falta de contrapartida nacional. Isto é o *no sense*". Nesta matéria, a ex-ministra regista a diferença com o Governo do PS, cujo objectivo se centrava na

maior captação de fundos: "A atitude do anterior Governo era de a de sermos os primeiros, éramos os que íamos mais à frente, e, por outro lado, estávamos a candidatar-nos à reserva de eficiência de modo a em 2003 termos os fundos reforçados porque íamos conseguir gastá-los e isto mantinha o País com um ritmo brutal de obras e de dinâmica". Por isso, não percebe como "se deixou de falar em nos candidatar a mais fundos, como se perder dinheiro fosse uma banalidade".

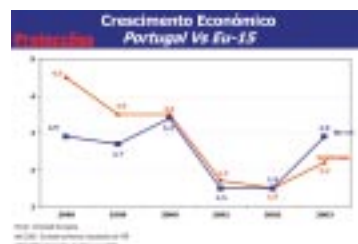
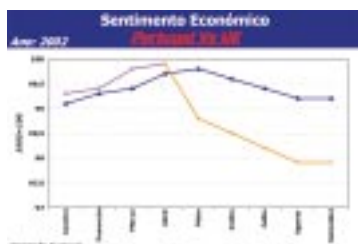
Falta visão de conjunto

Implacável, Elisa Ferreira encontra na ausência de um ministério do planeamento, na orgânica do actual Governo, a justificação para a falta de visão de conjunto que se verifica em relação às grandes questões da economia portuguesa. Por outro lado, estupefacta, sublinha não perceber como é que hoje não há uma perspectiva sobre as repercussões do alargamento na captação de fundos para Portugal: "É uma coisa inacreditável que o secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros afirme não haver ideia nenhuma sobre o impacto do alargamento sobre os fundos estruturais de Portugal", acrescentando em seguida que deixou dados no Ministério do Planeamento que "entretanto desapareceu e agora ninguém sabe onde estão esses números".

Para ilustrar as medidas "mal pensadas" pelo Governo da coligação de direita, a parlamentar refere as aposentações da Função Pública que para além de frustrarem as legítimas expectativas dos trabalhadores criam "uma enorme desarticulação nos serviços". "Esta medida até poderia acontecer, só que com um prazo suficiente para que as pessoas não vissem de um momento para o outro, numa questão de meses, as situações completamente desequilibradas entre aqueles que têm condições para pedir reforma até 31 de Dezembro e os que só têm a partir de 1 de Janeiro", acrescenta. Outra das medidas mal planeadas, segundo Elisa Ferreira, é a do fim do crédito bonificado à habitação: "Não se poupou nada, o impacto em 2002 no OE foi zero, mas teve fortes repercussões na construção civil e na qualidade de vida dos jovens".

Sem medo das palavras, Elisa Ferreira considera que a redução da política do Governo ao controlo do défice é a revelação "de uma grande incompetência".

"TANGA" DO GOVERNO DE DIREITA



GOVERNO PÕE EM CAUSA GYMNAESTRADA 2003

Notícias vindo a público segundo as quais estaria em causa a realização no nosso país da Gymnaestrada 2003, motivaram um requerimento de Fernando Cabral ao Governo, já entregue na Mesa da Assembleia da República.

O deputado socialista quer saber o que levou à quebra de compromissos entre o Estado português e a organização e se o Governo pretende rever a situação. Em caso afirmativo, dada a relevância do evento, o deputado socialista gostaria de ser esclarecido sobre os eventuais apoios a prestar à iniciativa.

Recorde-se que habitualmente a Gymnaestrada tem lugar na 1ª quinzena de Julho, tendo a

Federação Portuguesa de Ginástica quando se candidatou à organização do evento no nosso país, propôs a sua realização de 20 a 26 de Julho, dadas as condicionantes do calendário escolar nacional.

No entanto, a definição do Ministério da Educação para o calendário escolar 2002-2003 veio pôr em causa alguns aspectos logísticos do evento, nomeadamente, o facto de muitos participantes serem estudantes e, por isso, ficarem prejudicados, tanto na actividade escolar como na prestação desportiva e ainda porque os alojamentos definidos em estabelecimentos de ensino, que obedecem ao caderno de encargos da candidatura, estão em causa.



CONTRA ENCERRAMENTO DE CONSULADOS

O deputado socialista Carlos Luís questionou o Governo sobre o encerramento do consulado de Osnabruck, na Alemanha.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, Carlos Luís pergunta ao ministro dos Negócios Estrangeiros se tem conhecimento das declarações feitas pelo secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, no final de um encontro com a comunidade portuguesa e com o presidente da Câmara da cidade de Osnabruck, em que afirma "que este (consulado de Osnabruck), poderá vir a manter-se se a autarquia ajudar a financiar".

Segundo o parlamentar socialista, a



"comunidade portuguesa sente-se envergonhada com tal atitude".

Para o deputado socialista, é essencial saber se o ministro dos Negócios Estrangeiros "não entende que José Cesário foi longe de mais quando solicitou apoio financeiro à Câmara de Osnabruck e, ainda, se continua a manter a confiança política no seu secretário de Estado". Perante este cenário, Carlos Luís pede esclarecimentos a Martins da Cruz sobre se tenciona tomar alguma medida para "dignificar, prestigiar e honrar o nome de Portugal e de uma comunidade que se sente ferida no seu orgulho e na sua honra".

Num outro requerimento entregue na Assembleia da República, o deputado socialista dá conhecimento ao Executivo de uma carta aberta do representante da comunidade portuguesa na área de Curitiba, em que manifesta a sua desilusão a propósito do encerramento do consulado português.

O descontentamento da comunidade portuguesa leva o deputado socialista a perguntar ao Executivo se tenciona "encerrar o consulado de Portugal em Curitiba, abandonando à sua sorte, por essa via, milhares de portugueses que insistem em manter uma ligação muito forte a Portugal".

PS QUER OUVIR SANTANA LOPES

O deputado socialista Laurentino Dias solicitou a presença de Pedro Santana Lopes na Comissão de inquérito às relações entre o Benfica e o Governo, através de um requerimento entregue na Assembleia da República.

Segundo Laurentino Dias, na comissão de inquérito Manuel Vilarinho reconheceu que se reuniu com o presidente da Câmara de Lisboa para ajudar a resolver a questão das dívidas fiscais do clube e da construção do novo estádio. Num artigo publicado no jornal desportivo "A Bola" o autarca lisboeta afirmou não ter feito nenhum acordo com o clube em questão.

Para o parlamentar socialista, "estas declarações expressam uma profunda contradição e a verdade da produção de prova impõe a presença de Santana Lopes", em sede de comissão de inquérito. Também o deputado socialista Miguel Coelho quer ouvir Pedro Santana Lopes na Comissão de Acompanhamento ao Euro 2004, na sequência das suas declarações sobre a assinatura do protocolo com o Benfica para a construção do novo estádio.

O deputado do PS recorda as palavras do presidente da Câmara de Lisboa sobre esta questão onde afirma que "não se pode prever quando é que este assunto estará resolvido", pelo que estes factos, do desconhecimento público até há pouco tempo, são motivo de preocupação porque nos podem levar a questionar se as obras do novo estádio da Luz estarão concluídas a tempo do Euro 2004.

Para que esta situação se possa esclarecer o deputado socialista solicitou ao presidente da Comissão que se promovam audições com "carácter de urgência" às entidades envolvidas neste processo, nomeadamente o presidente da Câmara de Lisboa, a direcção do Benfica e o presidente do conselho de administração da EPUL.

VICTOR MOURA PROPÕE ASSOCIAÇÃO DE EX-DEPUTADOS

O ex-deputado do Partido Socialista Victor Moura deu conhecimento ao Presidente da Assembleia da República das diligências para a constituição de uma associação com o objectivo de "promover e consolidar as relações entre ex-parlamentares da Assembleia da República" à semelhança das que já existem na generalidade noutros países.

Victor Moura elaborou uma anteproposta dos estatutos que irá ser enviada aos ex-deputados de todos os Grupos Parlamentares. Entretanto, o presidente da Assembleia da República manifestou o seu apoio à iniciativa do ex-parlamentar socialista.



MARTA CRISTINA FERREIRA

OS NOVOS CAMINHOS DO PS

Ciente de que a maioria parlamentar de direita deixa pouca margem de manobra à oposição, a militante Marta Ferreira pede ao PS que seja fonte de novas propostas, defensor da manutenção da Lei de Bases de Segurança Social e das políticas sociais em geral, guardião dos direitos dos trabalhadores e militante na luta cerrada a favor da interrupção voluntária da gravidez.

Simpatizante de longa data do socialismo democrático, apesar de ter nascido no seio de numa família maioritariamente ligada ao PCP, Marta Ferreira viu com bons olhos o PS a "assumir-se como partido de esquerda" e decidiu juntar-se oficialmente às bases do projecto liderado por Ferro Rodrigues em Março último, quatro dias depois da derrota nas legislativas.

Visivelmente satisfeita com a forma como o actual secretário-geral conduziu a campanha, a novel militante faz um balanço muito positivo da *performance* de Ferro, descrevendo-a como "marcante", "próxima das pessoas", "realista", "afectuosa" e "positiva", na medida em que "foram reconhecidos muitos erros cometidos nas legislaturas em que o PS esteve no poder".

Para a Marta, com Ferro Rodrigues "descobriram-se novos caminhos", mas não esquece que apenas mais sete dias de campanha teriam bastado para que "o País não tivesse de passar pelo que está a passar".

"Tive muita pena", confessa, acrescentando convicta: "Acho que Ferro Rodrigues daria um excelente primeiro-ministro" e que "se soube rodear de uma equipa governativa com evidente qualidade".

É que, aponta, "a derrota honrosa dos socialistas" nas últimas eleições "traduz claramente a vontade de muita gente de ter um PS renovado no Governo" e essa, afirma, "é uma vitória desta nova direcção".

Mas, porque fazer militância passa por "dar um contributo pessoal para que o partido faça um trabalho mais positivo", esta técnica de política social de 27 anos desempenha, no seu quotidiano laboral, tarefas ligadas aos valores da solidariedade e da justiça social, dando de apoio a jovens pré-delinquentes, na Misericórdia de Almada, no âmbito do projecto "Adrenalina", e assumindo a direcção de uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica. É que, frisa, "os militantes, na sua



qualidade de cidadãos, sentem as necessidades do quotidiano e devem estar preparados, não só para reivindicar soluções, mas também para as propor e executar".

É precisamente na área da intervenção social que Marta Ferreira destaca o "trabalho extremamente positivo" das governações socialistas, citando medidas como o "incontornável" Rendimento

Mínimo Garantido, os currículos alternativos nas escolas, a obrigatoriedade da existência de casas-abrigo em todas as capitais distrito do País, a alteração ao Código Penal que tornou a violência doméstica um crime público, a contratação de pessoas para a área social e a diferenciação, em termos legais, entre jovens delinquentes e os que precisam de protecção.

Na opinião de Marta Ferreira, "o PS deu passos efectivos para resolver uma série de problemas das pessoas mais desfavorecidas", porém, ressalva, "convém ter em conta que as políticas sociais precisam mais do que seis anos para mostrarem resultados".

Sete meses volvidos desde a chegada da direita ao poder em Portugal a Marta não esconde uma "profunda preocupação", falando de um regresso ao tempo do sofrimento em silêncio" se a violência doméstica deixar de ser considerado crime público, porque, explica, "já não valerá a pena denunciar e o que não é denunciado não é registado nem apoiado".

Em relação às alterações introduzidas ao RMG, a Marta fala de "injustiça", sobretudo "porque traduz uma total desinformação sobre o que era este instrumento de combate à pobreza e à exclusão social".

"A campanha demagógica da direita segundo a qual o Rendimento Mínimo não

passaria de uma medida esbanjadora que redundaria num desfalque da Segurança Social é uma perfeita falsidade", denuncia, explicando que em tempos da tutela de Paulo Pedroso, o RMG significava realmente 2 por cento do orçamento do sector.

Portanto, conclui, "reduzir o acesso a estes rendimentos não é significativo em termos de gestão orçamental, mas o corte deste benefício será altamente prejudicial para quem verdadeiramente dele precisa". "Alegar que os jovens com menos de 25 anos não precisam do rendimento mínimo garantido a não ser que tenham filhos é evidenciar um desconhecimento gritante da realidade dos bairros sociais e do seu ciclo de pobreza", reitera.

A tudo isto, a política de despedimentos dos contratados da função pública acrescentou a falta de pessoal no terreno. "Ou seja, a situação social do País vai piorar", conclui.

"Se de mim dependesse, faria eleições antecipadas amanhã", confidencia com um sorriso nos lábios para depois considerar que "também na oposição se serve Portugal" e que "o importante é garantir que, concluído o mandato de quatro anos, algum fogo de vista e medidas populistas para conquistar votos não se aproveitem da curta memória do povo, prolongando-se o actual desastre".

MARY RODRIGUES

PERFIL

Nome
Marta Cristina P.G.S. Silva Ferreira
Idade
27 anos

Profissão
Técnica de Política Social

Hobbies
Brincar com o cão, cinema, canto, desporto

Militância
Inscrição no PS a 21 de Março de 2002

Referências Socialista
Almeida Santos, Manuel Alegre, Ferro Rodrigues, Paulo Pedroso e José Sócrates

A PARTIR DE 2006

UNIÃO EUROPEIA VAI LIMITAR DESPESAS EM TODAS AS POLÍTICAS

Com pequenas cedências por parte da Alemanha e da França, o último Conselho Europeu, que decorreu em Bruxelas, atingiu os seus objectivos: reduzir o orçamento da União Europeia após 2006, não obstante nessa altura já haver dez novos membros, o que afectará também Portugal nos Fundos Estruturais, como afirma o eurodeputado António Campos, membro da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu. Por ser uma ilação tão óbvia e com tantas consequências para Portugal, o primeiro-ministro Durão Barroso, que reconheceu que as futuras negociações dos fundos serão “difícilimas”, procurou iludir aquela conclusão inevitável, dizendo que tinha sido uma vitória ter-se conseguido evitar que fosse tomada qualquer decisão até 2006 no que respeita aos Fundos Estruturais. Para António Campos, “o Conselho Europeu de Bruxelas apenas adiou um dos problemas fundamentais, que é saber como será financiada a União alargada a dez novos países”. Por mais que Durão Barroso queira ocultar que este Conselho Europeu ditou uma viragem que, no mínimo, exige de Portugal uma estratégia clara para defesa dos nossos interesses, este facto torna-se óbvio pela simples constatação de que aquilo que começou por ser apenas uma



exigência da França (de alargar às restantes políticas os cortes previstos para a agricultura europeia) se transformou num acordo franco-alemão.

Assim, a Alemanha, que contribui com 30 por cento do orçamento comunitário, consegue introduzir cortes nas despesas com as políticas agrícolas, de que a França é o maior beneficiário, mas Jacques Chirac, em contrapartida, exige que esses cortes sejam extensíveis a todas as outras políticas. Conclusão: o motor franco-alemão conseguiu um consenso, mas que está alicerçado em duas posições irredutíveis, o que não augura nada de bom para o futuro da Europa. Ainda por cima, com Tony Blair também a fazer saber que não gostou de ficar de fora nem da forma como foi discutido o possível corte na devolução à Grã-Bretanha do cheque por beneficiar pouco da PAC.

A decisão que permitiu evitar uma crise foi a de congelar, a partir de 2006, as despesas da Política Agrícola Comum, que absorve cerca de 45 mil milhões de euros dos 95 mil milhões do orçamento total da União Europeia. Pode-se, por isso, dizer que este Conselho Europeu foi algo singular. A discussão sobre os custos do alargamento acabou por ser dominada pela questão agrícola, que parece ter-se resumido ao confronto das posições da França e da Alemanha.

A partir de 2004 os dez novos Estados-membros

receberão apenas 25 por cento das ajudas directas à agricultura, valor que será progressivamente aumentado até 2013, ano em que atingirá os cem por cento. Para António Campos, este facto ainda torna mais incompreensível que o Governo se coloque ao lado da França na defesa da actual PAC, da qual somos contribuintes líquidos e que em nada nos beneficia, já que quase metade do seu orçamento vai para os cereais, que é uma produção em que não temos quaisquer vantagens competitivas.

O Conselho Europeu discutiu, assim, a contabilidade interna, sem ter em consideração as expectativas dos futuros Estados-membros, mesmo que tenha ficado decidido quais os envelopes financeiros que lhes serão atribuídos até 2006, quer para as ajudas directas ao rendimento dos agricultores (9500 milhões de euros), quer para financiamentos ao abrigo dos Fundos Estruturais (23 mil milhões de euros). Espera-se que até final do ano as negociações estejam concluídas, para que no Conselho Europeu de Copenhaga, em Dezembro, o processo do alargamento siga até ao início formal da adesão, previsto para Janeiro de 2004.

P.P.

SÉRGIO SOUSA PINTO

COMBATE AO TERRORISMO NÃO DEVE PÔR EM CAUSA LIBERDADES INDIVIDUAIS

A determinação em erradicar o terrorismo e a urgência em pôr de pé novos e eficazes instrumentos para esse fim não pode, em caso algum, atingir desproporcionadamente os direitos, liberdades e garantias individuais, afirmou no plenário de Estrasburgo, na semana passada, o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto, membro da Comissão das Liberdades e Direitos dos Cidadãos e dos Assuntos Internos.

O eurodeputado, que falou no debate preparatório sobre a luta contra o terrorismo, considera que é a intangibilidade dos direitos fundamentais que funda a legitimidade para o uso da força pelas autoridades nas democracias, devendo a luta sem tréguas contra a ameaça terrorista ter no Direito Internacional público um limite intransponível.

Sérgio Sousa Pinto considerou que a resposta ao terrorismo passa inevitavelmente pela batalha da erradicação da pobreza, instauração de regimes democráticos, promoção dos direitos fundamentais no mundo e por uma ordem económica internacional mais justa e equilibrada.

O eurodeputado criticou a “incapacidade e



falta de vontade persistentemente revelada pelos governos dos Estados-membros para dar consequência à proposta de harmonização de políticas de implementação de instrumentos

comuns de combate ao terrorismo, que foram avançados em devido tempo pela Comissão”. A fiscalidade europeia devia ser mais ambiciosa em virtude do período difícil que actualmente atravessam as finanças públicas dos Estados-membros e também devido ao próximo alargamento, que trará novos problemas nesta matéria, considerou no plenário de Estrasburgo o eurodeputado Manuel dos Santos, a propósito da adopção do Programa Fiscalis 2007.

Apesar da tentativa de melhorar os sistemas de tributação no mercado interno ser um objectivo louvável, “algo mais seria de exigir no actual contexto económico”, nomeadamente no que se refere à criação de condições para o combate à fraude e à evasão fiscais e ao lançamento de bases para uma harmonização mínima da fiscalidade europeia. Manuel dos Santos considera que o facto da União estar à beira de acolher dez países com diferentes políticas fiscais implicará também novos e inéditos problemas neste domínio, pelo que haveria toda a vantagem em “adoptar um Programa Fiscalis mais ambicioso e não um simples instrumento destinado a reforçar a cooperação administrativa”.

MARIA CARRILHO

ÍNDIA EMPENHADA NA PAZ COM PAQUISTÃO

“As autoridades indianas estão empenhadas em manter o clima de convivência pacífica com o Paquistão, embora sem deixar de atribuir responsabilidades ao país vizinho no alegado acolhimento de terroristas na região de Caxemira”, considera a eurodeputada Maria Carrilho no relatório que efectuou na sequência da sua visita oficial à Índia, na qualidade de presidente da Delegação Interparlamentar para as Relações com os Países da Ásia do Sul. A eurodeputada deu na semana passada a conhecer ao Parlamento Europeu o seu relatório sobre os resultados da visita à Índia e das reuniões que teve com o primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros indianos.

Maria Carrilho sublinhou a importância que a Índia atribui à União Europeia como parceiro preferencial nos planos do comércio e do relacionamento político internacional.

SOCIALISTAS EUROPEUS DEFENDEM CONSTITUIÇÃO PARA A UNIÃO

“A Europa não deve ser um projecto obscuro para tecnocratas e para as elites políticas”, afirma o documento “Prioridades para a Europa”, aprovado este mês, em Birmingham, pelo Grupo do Partido Socialista Europeu, que defende claramente uma Constituição Europeia.

O documento, cuja versão definitiva só será publicada antes do final dos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa, em Junho de 2003, toma posições sobre as questões que ali estão em discussão de uma forma ousada e generosa, defendendo claramente o modelo social europeu e a necessidade de procedimentos mais transparentes, democráticos e abertos no funcionamento das instituições europeias, para assim dar corpo aos direitos de cidadania, que são a base fundamental da construção europeia.

Uma reforma das instituições europeias passa necessariamente pela simplificação e reorganização dos Tratados. Em vez dos quatro tratados com mais de mil artigos e inúmeros protocolos, os Socialistas defendem apenas dois textos: “O primeiro com os princípios básicos da União e a sua Constituição. O segundo estabelecerá detalhadamente as suas políticas”.

Os socialistas europeus querem que a Constituição incorpore a Carta dos Direitos Fundamentais e que a União Europeia adira à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Os três pilares que foram erguidos com o Tratado de Maastricht deverão desaparecer para dar lugar a um único corpo legal da União.

Defende-se as cooperações reforçadas e a



integração na Constituição Europeia da especificidade das regiões ultraperiféricas como os Açores, as Canárias e os departamentos ultramarinos da França.

Quatro grandes áreas resumem as ambições para uma nova União, com os objectivos actualizados e mais substantivos: promoção do desenvolvimento sustentável e da coesão económica e social; desenvolvimento da diversidade cultural europeia; salvaguarda dos

direitos e das liberdades; a afirmação da identidade europeia no mundo. Nestas quatro grandes áreas cabe, por exemplo, a defesa do pleno emprego e de um elevado nível de protecção social, a igualdade de oportunidades e a defesa do papel chave para os serviços públicos. Um elevado nível de protecção ambiental, a criação de um espaço de segurança que respeite as liberdades individuais e a defesa a nível mundial da identidade europeia e o combate aos efeitos negativos da globalização. A defesa do princípio de subsidiariedade passa por uma maior consideração pelos parlamentos nacionais, que “precisam de ser respeitados antes da legislação europeia ser implementada. “E assim deverá ser através do estabelecimento prévio de novas formas de acesso às propostas legislativas da Comissão e também no seu papel de supervisor das acções dos seus Governos no Conselho”.

O documento dos socialistas encoraja os europeus a desempenharem um papel activo no processo de decisão, que levará a União a reconhecer o papel fundamental dos partidos políticos na formação e na representação da opinião pública europeia.

A nova Constituição europeia deverá também dizer claramente quais são as responsabilidades da União e quais as que pertencem aos Estados membros. Assim, a União deverá agir como uma unidade política em áreas como a promoção do modelo social europeu, a introdução no Tratado da coordenação de políticas europeias, a limitação da unanimidade à adopção de novas estratégias europeias no que concerne à política externa e

de segurança comum, maior atenção à prevenção de conflitos e o desenvolvimento de uma política de segurança e de defesa.

“A Comissão Europeia deve continuar a ser a única com o direito de proposta de novas leis e o Parlamento Europeu deve ter uma palavra a dizer na legislação através de um único e simples procedimento legislativo”, afirma o documento, que defende também um novo papel para o Conselho Europeu e a revisão das presidências rotativas todos os semestres. “Um prazo mais longo para a nova Presidência, com o propósito de salvaguardar a continuidade das políticas do Conselho, deverá ser parte de um entendimento mais vasto baseado na igualdade entre os Estados-membros e no equilíbrio entre as instituições”.

As decisões por unanimidade deverão apenas ser aplicadas relativamente às questões vitais ou de soberania nacional, devendo toda a restante legislação ser votada por maioria qualificada. O reforço dos poderes do Parlamento Europeu e da autoridade do Presidente da Comissão, e o fim da duplicidade que agora existe entre o alto representante e o comissário responsável pelas relações externas, para dar lugar a um único porta-voz para estas questões, são outros pontos defendidos pelos socialistas europeus.

Finalmente, os socialistas propõem que o trabalho de todas as instituições europeias se deve basear no princípio da “absoluta transparência”, devendo o “direito dos cidadãos a uma boa administração ficar garantido na Constituição”.

P.P.

ANTÓNIO VITORINO

INTEGRAR CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E ADERIR À CONVENÇÃO DE ESTRASBURGO

A União Europeia deve, em simultâneo, incluir a Carta dos Direitos Fundamentais no futuro Tratado Constitucional e aderir à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, sediada em Estrasburgo, defendeu em Lisboa o comissário António Vitorino, responsável pela Justiça e os Assuntos Internos e um dos representantes da Comissão Europeia na Convenção sobre o Futuro da Europa.

António Vitorino, que falava num debate organizado pela Fundação Frederich Ebbert sobre a política externa e de segurança comum no pós 11 de Setembro, considerou que, no actual contexto em que as democracias ocidentais estão confrontadas com ameaças globais do terrorismo e da criminalidade organizada, é da maior importância colocar a questão dos direitos fundamentais no centro da construção europeia.



O comissário português defende, por isso, a dupla consagração dos direitos fundamentais numa futura Constituição europeia, de forma a evitar uma concepção elitista dos direitos humanos. Enquanto a Convenção de Estrasburgo se centra nos direitos políticos fundamentais, a Carta apresenta uma concepção mais ampla desses direitos, integrando também os económicos, os sociais e os ambientais.

De referir que esta semana se realizou uma nova reunião da Convenção sobre o Futuro da Europa, em que um dos resultados mais visíveis foi a apresentação de um anteprojecto de Constituição Europeia (assunto que abordaremos na próxima edição) pelo presidente Giscard d’Estaing, que suscitou críticas de diversos países. O texto é uma base de trabalho que ao longo dos próximo

meses será submetido às diferentes perspectivas presentes na Convenção para se chegar, no Verão, a um texto de natureza Constitucional. As ideias que suscitaram mais críticas foram a possibilidade de eleição de um presidente da União, eleito pelo Conselho, com mandatos plurianuais e em substituição das actuais presidências rotativas semestrais, a redução do número de membros da Comissão e a instituição de um fórum de diálogo entre os deputados nacionais e europeus que reuniriam regularmente e que teria, eventualmente, o nome de “congresso dos povos europeus”.

A mudança de nome da União Europeia também foi lançada para discussão. No futuro deverá chamar-se União, Comunidade, Estados Unidos da Europa, ou outro qualquer? Os “convencionais” têm pano para mangas.

LISBOA

VEREADORES SOCIALISTAS QUEREM PLANO PARA O PARQUE MAYER



Os vereadores socialistas apresentaram na última reunião do Executivo autárquico de Lisboa uma proposta sobre a requalificação do Parque Mayer, que tem como referência o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes (PUALZE). Os socialistas na Câmara Municipal de Lisboa entendem que “o Plano Director Municipal (PDM) da capital exige que, na Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Terciária, classe de espaços onde o Parque Mayer se situa, as alterações de usos e edificabilidades fiquem dependentes de prévia aprovação de planos de urbanização ou pormenor ou de regulamentos municipais, nos termos do regulamento do PDM”. O PUALZE é, segundo o PS, “o garante, por um lado, de um processo alargado e participado de decisão sobre o âmbito e objectivo da intervenção e, por outro, o processo mais eficaz para encontrar uma solução consensual”. Com esta iniciativa, os vereadores socialistas pretendem assegurar que a requalificação do Parque Mayer se faça com qualidade do ponto de vista urbanístico, e que se discuta também a questão dos usos futuros.

Na proposta, o PS sustenta que “a solução urbanística a encontrar para o Parque Mayer deve valorizar a presença volumétrica e arquitectónica do Capitólio e permitir a sua integração harmoniosa com a envolvente”. A ligação com zonas envolventes é uma das linhas que o documento defende: “A intervenção a realizar deve assegurar as ligações quer com a área situada a nordeste do Parque, compreendida entre o Jardim Botânico e a Rua do salitre, quer com a Praça da Alegria”.

Lisboa (in)feliz à deriva

Entretanto, numa intervenção na Assembleia Municipal, Miguel Coelho acusou o presidente da Câmara de Lisboa, Santana Lopes, de ter revelado, um ano após as últimas eleições autárquicas, “uma impressionante ausência de pensamento estratégico” sobre a cidade, que “está à deriva”. Salientando que “Lisboa não está melhor, está mais confusa, menos limpa, com mais buracos nas estradas e começa a estar socialmente injusta”, o deputado municipal do PS desafiou

Santana Lopes a interessar-se um pouco mais pela cidade. “Esqueça por uns tempos as revistas e as televisões, esqueça as eleições para Presidente da República e interesse-se um bocado mais pela cidade. Foi para isso que foi eleito”, disse. Numa intervenção na Assembleia Municipal de Lisboa sobre “o estado da cidade”, Miguel Coelho referiu que a primeira impressão que fica é a de “uma profunda desilusão e frustração sobre o estado a que Lisboa chegou, sobre a forma como a maioria que gere a Câmara Municipal, PSD/PP, têm governado a cidade e, sobretudo, como tudo têm feito para não cumprirmos o seu próprio programa eleitoral”. Lisboa, lembrou, “tem vivido das aparições mediáticas do seu presidente, todas com muita pompa e circunstância e já agora festa, mas sempre com muito pouco conteúdo e, sobretudo, com muito poucos resultados práticos”, não

havendo sobre as “questões mais estruturantes para a cidade “um pensamento coerente e um discurso directo”. Relativamente ao casino no Parque Mayer, o deputado municipal do PS frisou que este é um assunto revelador de que Santana Lopes “não tem um pensamento coerente sobre o modo como quer trazer mais população para o centro de Lisboa”, como também revela que “quando se comprometeu eleitoralmente a resolver em tempo célere a recuperação do Parque, não tinha uma única ideia como o iria fazer”. No entanto, acrescentou, “ofereceu aos lisboetas, sobre esta questão, mais uma bela noite de ‘show off’ televisivo”. Neste quadro, afirmou Miguel Coelho, “não restam dúvidas que assim Lisboa está a ficar mais feliz, mas que no final essa felicidade se poderá transformar em drama”.

J. C. CASTELO BRANCO

URBANISMO E AMBIENTE

MONTIJO CANDIDATA-SE AO PROGRAMA POLIS

A autarca socialista do Montijo Maria Amélia Antunes está confiante em que o Montijo será incluído no programa Polis e garante “se pensasse que não tinha hipótese, não concorríamos”. A valorização ambiental e urbanística da zona envolvente à Escola Secundária Poeta Joaquim Serra e à Escola Básica do 1º Ciclo n.º 4, no Afonsoeiro, vai ser alvo de uma candidatura que a Câmara Municipal do Montijo vai apresentar, até ao final do mês, à medida 2.1 do Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo (Polis). A ideia partiu de uma solicitação da Comissão de Coordenação Regional (CCR). A edil do PS explicou que “a CCR decidiu enviar esta proposta a alguns municípios que ainda não estavam abrangidos por programas de requalificação como o Polis e pelo Proqual e tem em vista a melhoria da qualidade visual, ambiental e urbana de espaços envolventes a estabelecimentos escolares”. De entre todos os projectos a apresentar, o júri apenas escolherá um. O montante máximo abrangido é de 3,5 milhões de euros e a área de intervenção abrange desde a Escola Secundária Poeta Joaquim Serra à EB1 4, englobando igualmente as zonas da Igreja local e do Centro Social de S. Pedro do Afonsoeiro. Trata-se de proporcionar uma imagem coesa e qualificada, traçando-se uma ligação com o núcleo consolidado da freguesia. Neste quadro de apoios, está ainda prevista a construção de equipamentos desportivos, nomeadamente cortes de ténis e um campo de jogos. Do projecto fazem também parte melhoramentos ao nível da iluminação e do mobiliário urbanos e a requalificação de uma aglomeração de habitações de génese ilegal situada nas imediações. Segundo Maria Amélia Antunes, tudo será completado com um arranjo paisagístico adequado, acrescentando: “Estamos a pensar criar corredores pedonais”.

www.
ps.pt



É o triunfo da tese do rolo compressor: quem se mete à frente será esmagado. Então, como dizia Alexandre O'Neil, por uma vez, "sigamos o cherne" num delírio de ficção.

No passado sábado, o primeiro-ministro Durão Barroso anunciou, a Portugal e ao Mundo, a sua ambição: remodelar a oposição!

Finalmente o líder do PSD assumiu a paternidade dos tiques de arrogância e prepotência que a maioria parlamentar tem desenvolvido, impedindo o debate livre e democrático de um projecto do PS para a reposição do crédito bonificado à habitação; desautorizando o Presidente da Assembleia quando ousa decidir contra o alto interesse da maioria PSD/PP ou desvirtuando o debate parlamentar na procura de impôr aos partidos que não integram a coligação governamental a candura que já induziu aos deputados que suportam o executivo. É o triunfo da tese do rolo compressor: quem se mete à frente será esmagado. Então, como dizia Alexandre O'Neil, por uma vez, "sigamos o cherne" num delírio de ficção:

Novo líder da oposição – Alberto João Jardim sucede a Eduardo Ferro Rodrigues – Passa a ser mais credível a discriminação positiva da Madeira sem ter de o justificar com base na única razão que sustenta o facto de uma Região Autónoma com duas ilhas habitadas ter um tratamento mais favorável outra Região com nove: o cartão laranja do seu presidente. A oposição será envolvida na governação, deixando de ser necessário realizar qualquer consulta sobre questões europeias, afinal o próprio Jardim é vice-presidente do Partido Popular Europeu. É o rosto da renovação da Direita europeia.

Novo líder do Grupo Parlamentar do maior partido da oposição – Marques Mendes substitui António Costa – O ponto do Governo abandona os sussurros da bancada do Governo para poder dar voz, na primeira pessoa, ao seu pensamento e às suas propostas para Portugal. Algo, que vá além de ataques ferozes ao PS, nas vezes de quem, por razões de modernidade, não saiu do banco. Finalmente, na linha justa de um verdadeiro discurso de oposição.

Novo líder do PCP – Luís Filipe Meneses sucede a Carlos Carvalhas – O actual presidente da Câmara Municipal de Gaia passa a poder dizer o que pensa sem correr o risco de ser alvo de retaliações, para além das usuais entre um Governo de direita e os que não o apoiam. Garante à partida um casino, depois logo se vê, em função da contestação.

Novo líder do Bloco de Esquerda – Pedro Santana Lopes desaloja Francisco Louçã – Agora ninguém o cala e não é apenas na RTP, onde a cada reportagem adversa há sempre um réplica que se impõe. Agora, na RTP e no Parlamento, haverá sempre "um passa por mim no Santana", uma incessante busca da notoriedade,

Choca, desde logo, com outras opções políticas que vêm sendo tomadas ao longo destes sete meses e que atingem seriamente os jovens, como no caso do crédito à habitação.

Depois de seis anos em que a qualificação e a formação dos portugueses estiveram quase sempre no centro da agenda política, assiste-se hoje a uma preocupante periferização destas questões nas prioridades governativas, uma orientação que é profundamente lesiva do potencial de modernização de um país que acumulou historicamente um grave défice nestas áreas.

O Orçamento de Estado para 2003 é bem o espelho desta realidade. Poucas vezes temos ocasião de observar, de forma tão clara, uma opção de fundo no plano da alocação de recursos públicos, sendo esta de tal modo estruturante que, seja ou não assumida pelos responsáveis, não pode deixar de traduzir uma opção de estratégia política para o futuro do país. Quando áreas como a cultura, a ciência, o ensino superior, a educação saem claramente prejudicadas na distribuição do bolo de recursos do Estado para 2003, não pode haver aqui um acaso nem explicações conjunturais ou relacionadas com a situação específica de cada Ministério. O que há é uma orientação, inteiramente consciente ou não, no sentido de desvalorizar o investimento na qualificação. Uma orientação que pode facilmente hipotecar, no médio prazo, o ritmo de convergência com os países mais avançados do mundo nesta matéria: os nossos parceiros, e concorrentes, europeus.

Bem pode Durão Barroso escolher a educação como tema de intervenção nas suas idas à Assembleia da República. O discurso optimista do investimento nos jovens e da prioridade à educação choca com a realidade, demasiado dura, dos factos.

Choca, desde logo, com outras opções políticas que vêm sendo tomadas ao longo destes sete meses e que atingem seriamente os jovens, como no caso do crédito à habitação.

Choca com a total ausência, nos primeiros meses de governação PSD/CDS, de atenção a estas questões, apressadamente repescadas pelo primeiro ministro numa mal ensaiada tentativa de fuga em frente, de modo a abrir uma nova linha de batalha política num momento particularmente difícil para o Governo. Choca com o mal-estar nas escolas e nas universidades, que cresce todos os dias, porque é cada vez mais consensual o diagnóstico de que se chegou a um ponto de ruptura intolerável que tem de ser invertido a qualquer custo. Na verdade, este descontentamento surge não por um qualquer oportunismo político, mas porque não apenas crescem todos os dias as pressões e dificuldades já costumeiras como, agora, os responsáveis políticos não mostram nem capacidade nem vontade para resolver, a prazo, ou minorar, no imediato, a extrema complexidade da situação de muitas universidades e escolas. É por isso que a contestação, uma contestação justa e inevitável, começa a surgir, um pouco por todo o lado.

Mas o discurso desgarrado da realidade que Durão Barroso nos ofereceu choca, acima de tudo, e desde já, com as gravosas opções orçamentais para 2003 nestas matérias.

Bem pode Durão Barroso prometer o alargamento, a longo prazo, da escolaridade obrigatória para 12 anos, como se de uma milagrosa panaceia se tratasse. Antes de mais, importa recordar que essa orientação estava já presente no discurso eleitoral do PS, mas de forma mais gradual e realista: o que é verdadeiramente importante é que, ano após ano, mais jovens percorram um caminho mais longo e qualificante no sistema de educação e formação, de modo a que os níveis de escolaridade modais sejam, a prazo, os níveis secundário e superior.

Não é, por isso, um qualquer anúncio, inteiramente espúrio, do alargamento da escolaridade obrigatória num horizonte temporal longínquo que vai resolver o que quer que seja. Pelo contrário, o tempo perdido nestes anos pode ser decisivo. E até lá? A escolaridade obrigatória de 12 anos deve ser o

A AMBIÇÃO DE DURÃO

sem ceder à tentação dos casinos; à vertigem de vários ordenados e funções ou à obra de fachada.

Novo líder de "Os Verdes" – António Capucho ocupa lugar de Isabel de Castro – Espera-se que o Governo dê finalmente atenção às suas propostas de tratamento dos esgotos da Linha de Cascais e Estoril. Esta será mais uma oportunidade para criar um melhor ambiente entre os membros do Partido Popular Europeu depois da indignação com o espectáculo "Egoísta" do Casino Estoril.

Novo presidente para Associação Nacional de Municípios Portugueses – O autarca Isaltino Morais assume o lugar de Fernando Ruas – Nada melhor que um Ministro que é autarca com mandato suspenso para explicar o magnífico Orçamento de Estado e ao PIDDAC para 2003. As confusões entre o Isaltino autarca e o Isaltino ministro deixarão de existir com benefício para as populações e para as famílias que estavam na eminência de assistir à suspensão dos projectos de habitação social, perante o protesto do autarca suspenso.

Nesta ficção, em cumprimento das aspirações de remodelação de Durão Barroso, o *presidente da Assembleia da República* manter-se-à o dr. João Bosco Mota Amaral, desde que frequente um curso intensivo de "linha justa", ministrado pelos deputados Marques Guedes, Guilherme Silva e, na ausência dos anteriores, pelo deputado Telmo Correia. Para o designio de uma oposição inexistente, se possível extinta, e, sobretudo, de um Parlamento anestesiado, é fundamental que aos olhos da opinião pública se consolide a ideia que os Deputados têm muitas férias; que quando não estão no Plenário não estão na Assembleia; que não contactam com os eleitores; que utilizam uma linguagem imprópria e radical, enfim que tal como a oposição serão dispensáveis. É isso que tem sido feito, por quem deveria defender a instituição parlamentar, certamente a bem da aspiração máxima.



ANTÓNIO GALAMBA

UMA OPÇÃO ESTRATÉGICA

corolário de um caminho que tem de ser aprofundado já hoje, já neste ano lectivo. Não é com uma medida meramente administrativa, ainda por cima convenientemente retardada no tempo, que será possível resolver os problemas e os atrasos que o actual desinvestimento na educação vão provocar.

Bem pode Durão Barroso invocar como objectivo estratégico do seu governo a mudança do "modelo de desenvolvimento" do país, no mesmo discurso inflamado da Assembleia da República em que tentou repescar as questões da educação para a sua agenda. Para começar, nem sequer concretiza o que quer dizer com este chavão gasto. Mas somos forçados, pelas opções sistemáticas que têm vindo a ser tomadas, a concluir que esta mudança não passará pela educação e a formação dos portugueses, seja numa óptica de formação inicial dos jovens e de renovação de competências dos activos, seja na perspectiva da promoção da inovação e da excelência, seja ainda por via de uma política social de formação que reduza os riscos de exclusão social em públicos desfavorecidos.

Sendo áreas tão decisivas como a ciência e o ensino superior, a cultura e a educação tão penalizadas em matéria de alocação de recursos pelo Orçamento de Estado, a aposta para operar a tal "mudança de modelo" terá de passar por outras dimensões. O problema é que não se percebe, não se vislumbra sequer, nem quais são essas dimensões, nem a que "modelo" é que Durão Barroso se refere.

Vamos, é certo, tendo alguma informação, dispersa e pouco sistematizada, sobre aquilo que está em causa. Por exemplo, uma das vias escolhidas para aumentar a produtividade e a competitividade, dizem-nos, será facilitar a precariedade laboral e os despedimentos com justa causa; por seu turno, outra via para aumentar a competitividade passará pela adiada quebra da carga fiscal sobre as empresas e pelo estímulo a um sector exportador que, segundo a maioria dos economistas, existirá hoje mais na cabeça da ministra das finanças do que propriamente na realidade dos mercados.

Em qualquer dos casos, como noutros, o investimento na formação e qualificação dos portugueses, tal como a protecção social, vectores decisivos da modernização do país, estão longe de merecer a prioridade estratégica que devem constituir.

Um indicador precioso: depois da tentativa de discurso de Estado na AR, Durão Barroso voltou a tocar no tema da educação? Não voltou, de todo.

Seja como for, tudo isto é demasiado pouco para quem tanto prometeu aos portugueses. Não se percebe muito bem a linha de orientação que está subjacente à actuação do Governo. Mas pelo menos percebe-se que essa linha, a existir, não é seguramente a melhor.



MIGUEL CABRITA

A CIDADE EM DEBATE

FIXAR A POPULAÇÃO E ATRAIR NOVOS RESIDENTES

Uma política para as cidades, que deve estar centrada na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos urbanos, contribui de forma decisiva para o progresso e desenvolvimento do País. Esta foi uma das ideias-força defendidas no debate "Que políticas para a cidade?", promovido pela Concelhia de Lisboa, que contou com a presença de José Sócrates e Mega Ferreira.

Perante largas dezenas de militantes socialistas que enchem por completo o auditório do edifício novo da Assembleia da República, José Sócrates sustentou que "uma política para as cidades deve ir para além das políticas camarárias", uma vez que, por um lado, tem a ver com "a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos urbanos, que tem vindo a diminuir nas últimas décadas", e, por outro, "contribui para o progresso e desenvolvimento do País", sendo por isso "necessário melhorar o desempenho das cidades, tornando-as mais atractivas e dinâmicas".

Questões que, segundo Sócrates, exigem uma resposta que "extravasa as funções autárquicas".

Para o deputado do PS, o principal desafio que se coloca é "começar a fazer alguma coisa pelas cidades". Nesse sentido, e no que respeita aos transportes, "uma questão estruturante", Sócrates defendeu uma "maior restrição à circulação automóvel".

Por outro lado, adiantou, "mais espaços verdes e mais natureza nos centros das cidades", são fundamentais para a "elevação da qualidade de vida".

Outro desafio que se coloca às cidades, segundo referiu, tem a ver com uma "melhor arquitectura", defendendo nesse campo "a elevação dos padrões de exigência".

Numa política para as cidades, Sócrates considerou ainda que a questão cultural assume uma especial importância. É que, sublinhou, "não há cidade atraente se não tiver grande oferta cultural", acrescentando que "a movida cultural conta de forma decisiva para a fixação da população e de novos habitantes".

O ex-ministro do Ambiente defendeu ainda uma "mistura social adequada" - com bairros onde coexistem várias classes sociais, sem guetos - , uma fórmula que considerou fundamental no "combate à exclusão e marginalidade", acrescentando que se podem desenvolver políticas para melhorar os subúrbios, dando como exemplo as intervenções previstas no Cacém e Costa de Caparica, no âmbito do programa Polis, "a experiência mais bem sucedida de requalificação".

Sócrates referiu ainda que o ambiente surge



sempre como "âncora", quando se abordam as políticas das cidades, uma vez que "é a questão que decide".

Reposicionamento estratégico da cidade

Mega Ferreira foi o outro orador deste primeiro colóquio de um ciclo que a Concelhia de Lisboa

está a realizar "para discutir os problemas da cidade de uma forma mais profunda", segundo referiu Miguel Coelho.

Na sua intervenção, Mega Ferreira começou por afirmar que face aos movimentos demográficos as cidades devem encontrar "um novo reposicionamento estratégico", que passa por reflectir sobre o que cada uma "tem para oferecer" e "como é que deve ser vista".

Referindo que o nosso país se defronta com um problema de "falta de mobilidade", traduzida no facto de as pessoas não estarem disponíveis para mudarem de cidade, Mega Ferreira disse que as câmaras não têm feito a promoção das respectivas cidades, "visando atrair pessoas para viverem lá, o que seria um factor de inovação pela influência dos que vêm de fora". Segundo sublinhou, "as cidades não têm sabido mostrar-se atractivas para o exterior", apontando Aveiro como uma excepção a esta regra.

No âmbito das políticas para a cidade, Mega Ferreira disse ser necessário fazer uma reflexão "sobre a natureza dos serviços municipalizados", adiantando ter dúvidas sobre a qualidade de serviços como a recolha de lixo ou jardinagem, entre outros.

"Na perspectiva da melhoria da qualidade, seria mais útil estimular a criação de empresas externas fornecedoras desses serviços", disse, dando como exemplo a experiência realizada na Parque Expo.

Mega Ferreira abordou ainda a questão da desertificação dos centros históricos das cidades, defendendo que é "através de uma política de fixação de residentes que se pode renovar estas áreas", ao contrário de soluções que apostam em fluxos, como por exemplo residências para estudantes.

J. C. CASTELO BRANCO



LER O PACTO COM INTELIGÊNCIA

Tem-se falado bastante do Pacto de Estabilidade e Crescimento, muitas vezes sem se ter em consideração os termos em que o mesmo surgiu. Agora Romano Prodi incendiou os comentários ao pôr em causa a rigidez com que alguns o têm interpretado. Sejam claros: quando referimos o Pacto falamos de dois Regulamentos do Conselho da União Europeia relativos ao reforço da supervisão das situações orçamentais e à clarificação da aplicação do procedimento sobre os défices excessivos, bem como de uma Resolução do Conselho, adoptada na Cimeira de Amesterdão de 17 de Junho de 1997. Estamos perante meios para salvaguardar a solidez das finanças públicas na terceira fase da União Económica e Monetária, (UEM), por forma a reforçar as condições para a estabilidade de preços e a garantir um crescimento sustentável conducente à criação de emprego. O objectivo visado de médio prazo é, assim, o de alcançar posições orçamentais próximas do equilíbrio ("close to balance") ou excedentárias, que permitirão aos Estados-membros enfrentar as flutuações cíclicas normais, mantendo o défice público abaixo do valor de referência de 3 por cento do PIB. De acordo com o Pacto, os países do euro apresentarão programas de estabilidade, enquanto os países não participantes na UEM continuarão a apresentar programas de convergência. Em 1997 falou-se inicialmente apenas de um Pacto de Estabilidade, tendo, porém, prevalecido o ponto de vista segundo o qual o crescimento económico não poderia ficar arredado ou esquecido. Nesse sentido, ainda que timidamente, foi incluída a referência ao crescimento e à criação de emprego, mas com parcas consequências práticas.

Jacques Delors nunca escondeu que não partilhava de uma interpretação fundamentalista dos défices – que seria extremamente negativa para todos –, uma vez que poria em xeque os objectivos de investimento e inovação na União Europeia. Por isso mesmo, deve ficar claro que o objectivo essencial do Pacto é correcto, uma vez que é indispensável haver disciplina nas finanças públicas e na despesa pública. No entanto, o Pacto deve ser interpretado com inteligência e flexibilidade prudente, integrando pelo menos três ordens de razões: o equilíbrio entre o défice público e a situação do endividamento público; a salvaguarda do investimento reprodutivo, do emprego e da coesão económica e social, com especial referência para os países da coesão, de que Portugal faz parte; e a tendência indispensável no sentido de haver uma aproximação em relação às posições próximas do equilíbrio.

Jacques Delors sabe bem do que fala. E se dúvidas houvesse, o que se está a passar neste momento quanto à interpretação dos défices só confirma a preocupação, já que em nada facilita a credibilização da União Económica e Monetária. Na Alemanha, em França e em Itália os debates decorrem há muito em torno da correcção ou não de uma interpretação estrita dos valores de desequilíbrio. Digladiam-se as diversas interpretações sobre a eficácia dos instrumentos de política orçamental e fiscal para contrariar a tendência de abrandamento económico, que não pode nem deve ser agravada. No fundo, uma interpretação cega do défice neste momento só poderia conduzir ao agravamento da situação económica, ao aumento do desemprego e ao comprometimento da coesão económica e social que os Tratados consagram claramente. Neste ponto, sejam claros, o objectivo do equilíbrio orçamental é instrumental e subsidiário em relação à coesão económica e social, e não o contrário. Outra interpretação seria suicida e poria, essa sim, em causa o euro e a economia europeia. Num texto oportuno e pertinente, que poucos quiseram ler, os profes. António Sousa Franco e Eduardo Paz Ferreira chamaram a atenção para isto mesmo ("DN" 4.3.02) – o défice zero não é um fim é um meio e o investimento, bem como a despesa inerente à convergência social têm de ser salvaguardados, em nome do desenvolvimento.

Há cerca de um ano fui eu próprio quem disse que o abrandamento económico geraria aumento de défice – mas que não se poderia sacrificar nem o investimento nem a promoção do emprego. E o certo é que nesse período não houve divergência com a média europeia em 2001. Foi feita uma escolha – ler com inteligência o Pacto, apostar na competitividade e na confiança, reduzir consistentemente a despesa pública e não contribuir para agravar a situação económica. Só quem não conhece os meandros das finanças públicas é que acha que tudo depende de um ministro das Finanças e que o controlo se pode alcançar no curto prazo com meia dúzia de medidas de prestidigitação. Mas, não há milagres. Ou há políticas consistentes de médio prazo ou não pode haver resultados. Eis porque tem razão o prof. Sérgio Rebelo

quando diz: "Em relação ao *design* do Pacto de Estabilidade, vejo sempre algum problema em ter regras como registar um défice de 'xis por cento'. Podem obrigar a uma contracção orçamental, numa altura de recessão, se os limites não forem ajustados ao estado da economia. Outro aspecto importante é que, quando se presta muita atenção a uma fatia muito pequena do problema, deixa de se ver o todo" ("DE", 1.7.02).

O ponto é exactamente este. Por isso, não faria sentido aplicar penalizações a Portugal, nem fazer gáudio disso. O interesse nacional e o interesse comum europeu são contra uma interpretação cega do Pacto. Deve, sim, privilegiar-se a resolução das questões estruturais, com concertação social, com coesão e sem um clima de histeria e afrontamento. Como diz ainda o insuspeito Prof. Sérgio Rebelo não podemos só prestar atenção a uma versão restrita do défice, quando o essencial é a evolução estrutural da nossa economia (na educação e qualificação, na administração pública ou na justiça).

Nada foi escondido. O que se discute são critérios contabilísticos. Mas é fundamental garantir a estabilidade orçamental, a disciplina e o rigor, a co-responsabilidade e a exigência para o futuro, envolvendo todos. O fundamental é lutar pela qualidade da despesa, pela eficiência e pela equidade. Cumpra-se, pois, o Pacto desde que seja para o desenvolvimento do País e da União Europeia e em nome da coesão social. Façamos dele, afinal, um Pacto de Prudência, de Inteligência e Bom Senso.



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS



Há cerca de um ano fui eu próprio quem disse que o abrandamento económico geraria aumento de défice – mas que não se poderia sacrificar nem o investimento nem a promoção do emprego. E o certo é que nesse período não houve divergência com a média europeia em 2001. Foi feita uma escolha – ler com inteligência o Pacto, apostar na competitividade e na confiança, reduzir consistentemente a despesa pública e não contribuir para agravar a situação económica.

A SEMANA PREVISTA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, apresenta hoje aos jovens socialistas, no Parque das Nações, a sua moção de estratégia global "Fazer bem pelo futuro".

No quadro das apresentações que tem vindo a fazer nas Federações da sua moção de estratégia global ao Congresso, Ferro Rodrigues vai estar dia 4 de Novembro em Bragança, 5 em Vila Real e 6 em Viseu.

No âmbito do Gabinete de Estudos, realizam-se na próxima semana um conjunto de encontros sectoriais. Assim está previsto terem lugar de segunda a sábado reuniões sobre Segurança Interna, Justiça, Droga e Toxicoddependência, Idosos, Pescas, Energia, Emigração, Desporto, Educação e Deficiências.

Realiza-se no próxima terça-feira a reunião semanal do Secretariado Nacional do Partido Socialista na sede nacional do Largo do Rato.

A Comissão Política Concelhia do PS/Lisboa promove no dia 6 de Novembro, no auditório da Assembleia da República, novo debate sobre "O futuro e o PS", que terá como oradores Manuel Alegre e Francisco Assis.

O Presidente da República desloca-se numa visita oficial à região espanhola da Extremadura nos próximos dias 5 e 6 de Novembro, onde participará em várias iniciativas de carácter cultural.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS FEDERAÇÕES DO PS

Setúbal
Praça do Bocage, 15
2900-279 Setúbal
Tel: 265227998

Viana do Castelo
Largo Instituto Histórico do Minho, 13
4900-522 Viana do Castelo
Tel: 258824086

Vila Real
Rua Alexandre Herculano, 44
5000-642 Vila Real
Tel: 259322586

Viseu
Rua 5 de Outubro, 87 - 1º
3500-107 Viseu
Tel: 232426608

Açores
Rua Margarida de Chaves, 24
9500-088 Ponta Delgada
Tel: 296282929

Madeira
Rua Arquitecto Gil Martins, 30/A
9000-223 Funchal
Tel: 291225612



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/accao**
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente 25 €
Regiões Autónomas 32 €
Macau 54 €
Europa 63 €
Resto do Mundo 92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados